



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE FEVEREIRO DE 2012

**Presidente:** Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)  
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)  
[Abel Lima Baptista](#)

## SUMÁRIO

A Sr.<sup>a</sup> Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 11 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projetos de lei n.ºs 150 a 155/XII (1.ª), dos projetos de resolução n.ºs 199 a 206/XII (1.ª) e da apreciação parlamentar n.º 7/XII (1.ª), bem como da retirada, pelo BE, do projeto de lei n.º 9/XII (1.ª).

Foi aprovado o projeto de resolução n.º 206/XII (1.ª) — Primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2010, de 2 de março, sobre a participação da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) (Presidente da AR).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Carlos Zorrinho](#) (PS) criticou as opções de política económica do Governo e, depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Luís Fazenda](#) (BE), [Honório Novo](#) (PCP), [Luís Montenegro](#) (PSD) e [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP).

Também em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada [Rita Rato](#) (PCP) condenou a crescente dificuldade que os alunos do ensino superior público têm no acesso às bolsas de ação social. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Cecília Honório](#) (BE), [Michael Seufert](#) (CDS-PP), [Duarte Filipe Marques](#) (PSD) e [Rui Jorge Santos](#) (PS).

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º do Regimento, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ([Sérgio Monteiro](#)) proferiu uma intervenção em que deu conta à Câmara do novo modelo de tarifas do serviço público de transportes que entrou em vigor, tendo-se

seguido um debate, no qual intervieram, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado, os Srs. Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Luís Menezes](#) (PSD), [Rui Paulo Figueiredo](#) (PS), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes) e [Hélder Amaral](#) (CDS-PP).

Foram discutidos, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 29/XII (1.ª) — Lei de Bases do Ambiente (Os Verdes), 39/XII (1.ª) — Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente (BE), 143/XII (1.ª) — Estabelece as Bases da Política de Ambiente (Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que aprovou a Lei de Bases do Ambiente) (PS) e 154/XII (1.ª) — Estabelece as bases da política de ambiente (PCP). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes); [Catarina Martins](#) (BE), [Maurício Marques](#) (PSD), [Renato Sampaio](#) (PS), [Ângela Guerra](#) (PSD), [Paulo Sá](#) (PCP), [Altino Bessa](#) (CDS-PP), [Carlos Abreu Amorim](#) (PSD), [Margarida Neto](#) (CDS-PP) e [Pedro Farmhouse](#) (PS).

Procedeu-se ao debate da petição n.º 10/XII (1.ª) — Apresentada pelo Movimento Democrático de Mulheres, solicitando à Assembleia da República a promoção de medidas que, no atual momento de crise, permitam conferir dignidade à vida das mulheres, tendo intervindo as Sr.<sup>as</sup> Deputadas [Rita Rato](#) (PCP), [Maria Paula Cardoso](#) (PSD), [Elza Pais](#) (PS), [Inês Teotónio Pereira](#) (CDS-PP), [Cecília Honório](#) (BE) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

A Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 29 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

*Deputados presentes à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

Adriano Rafael de Sousa Moreira  
Adão José Fonseca Silva  
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Ana Sofia Fernandes Bettencourt  
Andreia Carina Machado da Silva Neto  
António Costa Rodrigues  
António Egrejas Leitão Amaro  
António Fernando Couto dos Santos  
António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
Arménio dos Santos  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Bruno Manuel Pereira Coimbra  
Carina João Reis Oliveira  
Carla Maria de Pinho Rodrigues  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim  
Carlos Henrique da Costa Neves  
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes  
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva  
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar  
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte  
Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro  
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo  
Duarte Filipe Batista de Matos Marques  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira  
Elsa Maria Simas Cordeiro  
Emídio Guerreiro  
Emília de Fátima Moreira dos Santos  
Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis  
Fernando Ribeiro Marques  
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo Alexandre Lopes Soares  
Hugo José Teixeira Velosa  
Hélder António Guerra de Sousa Silva  
Joana Catarina Barata Reis Lopes  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Paulo da Silva Oliveira  
José Manuel Marques de Matos Rosa  
José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro

---

José Manuel de Matos Correia  
José Mendes Bota  
João Bosco Soares Mota Amaral  
João Carlos Figueiredo Antunes  
João Manuel Lobo de Araújo  
Laura Maria Santos de Sousa Esperança  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes  
Luís Manuel Morais Leite Ramos  
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Lídia Maria Bulcão Rosa da Silveira Dutra  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Margarida Rosa Silva de Almeida  
Maria Clara Gonçalves Marques Mendes  
Maria Ester Vargas de Almeida e Silva  
Maria Francisca Fernandes Almeida  
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha  
Maria José Quintela Ferreira Castelo Branco  
Maria José Vieira Teodoro Moreno  
Maria Paula da Graça Cardoso  
Maria da Assunção Andrade Esteves  
Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto  
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira  
Maria da Conceição Vaz Barroso Carloto Caldeira  
Maria da Graça Gonçalves da Mota  
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares  
Maurício Teixeira Marques  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Mário José Magalhães Ferreira  
Mário Nelson da Silva Vaz Simões  
Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro  
Nilza Marília Mouzinho de Sena  
Nuno Filipe Miragaia Matias  
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação  
Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra  
Odete Maria Loureiro da Silva  
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Paulo César Rios de Oliveira  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
Paulo Jorge Simões Ribeiro  
Paulo Miguel da Silva Santos  
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Augusto Lynce de Faria  
Pedro Filipe dos Santos Alves  
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva  
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos  
Rosa Maria Pereira Araújo Arezes  
Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo  
Teresa de Andrade Leal Coelho

Teresa de Jesus Costa Santos  
Ulisses Manuel Brandão Pereira  
Valter António Gaspar de Bernardino Ribeiro  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra

Partido Socialista (PS)

Acácio Santos da Fonseca Pinto  
Alberto Bernardes Costa  
Alberto de Sousa Martins  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Paula Mendes Vitorino  
António Fernandes da Silva Braga  
António José Martins Seguro  
António Manuel Soares Serrano  
António Ramos Preto  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão  
Carlos Manuel Pimentel Enes  
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Elza Maria Henriques Deus Pais  
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Medina Maciel Almeida Correia  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Glória Maria da Silva Araújo  
Idália Maria Marques Salvador Serrão  
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida  
Isabel de Lima Mayer Alves Moreira  
Jacinto Serrão de Freitas  
Jorge Lacão Costa  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José António Fonseca Vieira da Silva  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
João Paulo Feteira Pedrosa  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
João Saldanha de Azevedo Galamba  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel José de Faria Seabra Monteiro  
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos

Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas  
Maria Helena dos Santos André  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Isabel Solnado Porto Oneto  
Maria Odete da Conceição João  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Mário Manuel Teixeira Guedes Ruivo  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno André Neves Figueiredo  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Paulo Jorge Oliveira de Ribeiro Campos  
Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves  
Pedro Manuel Dias de Jesus Marques  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos  
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo  
Rui Pedro Gonçalves Duarte  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Lima Baptista  
Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes  
Altino Bernardo Lemos Bessa  
Artur José Gomes Rêgo  
Inês Dória Nóbrega Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro  
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto  
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro  
José Helder do Amaral  
José Lino Fonseca Ramos  
José Manuel de Sousa Rodrigues  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Manuel de Serpa Oliva  
João Paulo Barros Viegas  
João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
Manuel Fialho Isaac  
Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Neto  
Michael Lothar Mendes Seufert  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro  
Vera Lúcia Alves Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Bruno Ramos Dias  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Augusto Espadeiro Ramos  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Miguel Tiago Crispim Rosado  
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa  
Paulo Miguel de Barros Pacheco Seara de Sá  
Rita Rato Araújo Fonseca

Bloco de Esquerda (BE)

Catarina Soares Martins  
Francisco Anacleto Louçã  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Maria Cecília Vicente Duarte Honório  
Mariana Rosa Aiveca  
Pedro Filipe Gomes Soares

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
José Luís Teixeira Ferreira

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Duarte Pacheco vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projetos de lei n.<sup>os</sup> 150/XII (1.<sup>a</sup>) — Regime de exceção na atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos (Quinta alteração ao Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos) (CDS-PP), que baixou à 11.<sup>a</sup> Comissão, 151/XII (1.<sup>a</sup>) — Cria o banco público de terras agrícolas para arrendamento rural (Vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 287/2003, de 12 de novembro) (BE), que baixou às 7.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Comissões, 152/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece um regime transitório de isenção de propinas e de reforço do apoio aos estudantes do ensino superior (PCP), que baixou às 8.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Comissões, 153/XII (1.<sup>a</sup>) — Amnistia as infrações disciplinares, aplicadas a militares, com motivação associativa e no exercício do direito de associativismo representativo militar (PCP), que baixou às 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Comissões, 154/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece as Bases da Política de Ambiente (PCP), que baixou à 11.<sup>a</sup> Comissão, e 155/XII (1.<sup>a</sup>) — Cria o programa de pequeno-almoço na escola (BE), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão; projetos de resolução n.<sup>os</sup> 199/XII (1.<sup>a</sup>) — Deslocação do Presidente da República a Helsínquia (Presidente da AR), 200/XII (1.<sup>a</sup>) — Adoção de medidas com vista à promoção e à sustentabilidade ambiental das zonas balneares, costeiras, de transição e interiores (CDS-PP), que baixou à 11.<sup>a</sup> Comissão, 201/XII (1.<sup>a</sup>) — Sobre a discussão pública da reorganização curricular (Os Verdes), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão, 202/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo um novo modelo de contratualização com as empresas de transportes públicos (BE), que baixou à 6.<sup>a</sup> Comissão, 203/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo a adoção de um programa nacional de erradicação do fogo bacteriano em Portugal

(PS), que baixou à 7.<sup>a</sup> Comissão, 204/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo a manutenção da autonomia de gestão dos portos comerciais nacionais (PS), que baixou às 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Comissões, 205/XII (1.<sup>a</sup>) — Rejeição do Tratado Orçamental (BE), que baixou à 4.<sup>a</sup> Comissão, e 206/XII (1.<sup>a</sup>) — Primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2010, de 2 de março, sobre a participação da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) (Presidente da AR); e apreciação parlamentar n.º 7/XII (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, que procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (PCP), que baixou às 5.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Comissões.

Devo ainda informar a Câmara da retirada do projeto de lei n.º 9/XII (1.<sup>a</sup>) — Cria o banco público de terras agrícolas para arrendamento rural (vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro) (BE), tendo o proponente apresentado um outro projeto de lei em sua substituição.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de entrarmos na ordem do dia, e tal como foi acordado esta manhã na Conferência de Líderes, vamos proceder à votação do projeto de resolução n.º 206/XII (1.<sup>a</sup>) — Primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2010, de 2 de março, sobre a participação da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) (Presidente da AR).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se o período de declarações políticas, sendo que já estão inscritos os Srs. Deputados Carlos Zorrinho e Rita Rato. Hoje há também uma intervenção do Governo, requerida nos termos regimentais e que terá lugar no fim das declarações políticas.

Para uma declaração política, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Socialista e o seu Secretário-Geral António José Seguro há meses que têm vindo a alertar o Governo para uma realidade: a consolidação orçamental é, sem dúvida, necessária, mas sem crescimento e emprego é um exercício de autoflagelação de Portugal e dos portugueses, condenado ao mais rotundo fracasso.

*Aplausos do PS.*

O Governo e o seu Primeiro-Ministro ignoraram este alerta. Para eles, a austeridade é o caminho da consolidação das contas públicas e só empobrecendo o País podem honrar os seus compromissos.

O resultado desta política, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está à vista: Portugal está mais pobre e as taxas de juro estão mais altas do que nunca; Portugal está mais pobre e o PIB decresce como nunca decresceu; Portugal está mais pobre e o desemprego é o maior de sempre; Portugal está mais pobre e as desigualdades nunca foram tão gritantes.

*Aplausos do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal está mais pobre e o fracasso da estratégia de consolidação orçamental nunca esteve tão perto.

Não o afirmo nesta tribuna com qualquer satisfação;...

**Vozes do CDS-PP:** — Mas parece!...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — ... faço-o com enorme preocupação.

O Partido Socialista alertou, propôs, em tempo útil, medidas para o crescimento e o alargamento de um ano do prazo para atingir a meta de controlo do défice.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Viabilizou o Orçamento para 2012, com uma abstenção responsável e construtiva.

O Governo «fez orelhas moucas» a todas as nossas propostas. Por isso, o Governo não tem desculpa: se a recuperação económica e financeira do País falhar, isso só ao Governo se deve; só a coligação PSD/CDS pode e deve ser responsabilizada.

*Aplausos do PS.*

Portugal e os portugueses têm pago um elevado preço pela paixão pela austeridade que este Governo tem demonstrado, pelo seu apego em ir além da troika, em falhar mais do que a Europa já falhou.

De facto, como reconhecem cada vez mais analistas nacionais e internacionais, entre os quais os Prémios Nobel Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, se a austeridade não é o caminho para a Europa crescer, então a sobreausteridade a que o Governo português se obrigou é o caminho para o empobrecimento, para a desqualificação e para o esmorecer da esperança.

*Aplausos do PS.*

A declaração do Conselho informal da União Europeia «Rumo a uma consolidação favorável ao crescimento e a um crescimento favorável ao emprego» veio tornar evidente para todos que o Partido Socialista e o seu Secretário-Geral têm razão ao apelar a uma política capaz de combinar o crescimento e o emprego com a consolidação orçamental.

A União Europeia reconheceu a necessidade desta viragem, 800 000 desempregados e uma estagnação económica generalizada depois — mas reconheceu!...

Infelizmente, ainda não é certo que o Governo português, mais de 100 000 desempregados e uma recessão depois, já tenha a lucidez necessária para arrepiar caminho...!

De facto, o Primeiro-Ministro afirmou que olha com bons olhos para as medidas de crescimento aprovadas e, designadamente, para a linha do Banco Europeu de Investimento (BEI) de apoio às empresas e ao emprego dos jovens. Mas não basta olhar, é preciso fazer!

Há cinco meses, o PS propôs uma linha de investimento do BEI de 5000 milhões de euros. O Governo começou por recusar, dois meses depois aceitou, mas ainda não a pôs em prática.

Como disse o poeta, é a hora, é a hora da viragem na União Europeia e em Portugal. Não da viragem pífia que nos anunciou aqui o Ministro das Finanças, mas de uma viragem consistente: da afirmação do Banco Central Europeu como credor de último recurso, da emissão de *eurobonds*, da harmonização fiscal, das políticas de correção das assimetrias económicas.

*Aplausos do PS.*

E, em Portugal, é a hora de dizer basta ao empobrecimento consentido, à desqualificação dos ativos, à degradação da balança tecnológica, à irrelevância de uma economia de baixos salários e de periferia.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há outro caminho, há outro destino, há outra política. Descrentes e de braços caídos não chegaremos a bom porto!

O PS alertou! O PS foi e é responsável! O PS exige mais e melhor do Governo!

Os portugueses exigem uma visão e um sentido para os sacrifícios que diariamente lhes são pedidos.

O Governo pode não escutar o PS — é um erro que comete. Maior erro, no entanto, é não compreender o sentido da história e as aspirações legítimas do nosso povo!

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Inscreveram-se quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos, a saber, os Srs. Deputados Luís Fazenda, Honório Novo, Luís Montenegro e Nuno Magalhães.



Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, a Cimeira, dita «informal», da União Europeia, o Conselho Europeu informal concluiu aquilo que é o óbvio, ou seja, um conjunto de indicadores de recessão económica, de abrandamento da atividade económica — desigualmente distribuída na União Europeia, mas um mau sinal na Europa, do ponto de vista do crescimento — e um aumento do desemprego e das desigualdades na União Europeia. Não teve para isso nenhuma agenda, nenhuma receita. Continua amarrada à ortodoxia da consolidação de contas, das «leis de bronze» em relação aos défices orçamentais, aos tetos de dívida pública, etc. Não há novidades na Europa da Sr.<sup>a</sup> Merkel e do Sr. Sarkozy: constataram o óbvio, sem resposta. Por isso, a Europa vai manter o sofrimento, vai penar, porque não há qualquer medida que venha induzir o crescimento económico.

Nessa área, o Governo português «aos assuntos disse absolutamente nada»: não propôs, não pediu, não solicitou, nada exigiu que tivesse a ver com a agenda do crescimento!

Contudo e apesar de os partidos da maioria ou o Governo, alegando que era uma cimeira informal, não terem recolhido os contributos dos partidos da oposição, o que foi um entorse à capacidade democrática deste debate em relação ao Conselho Europeu,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — ... gostaria de questionar o Sr. Deputado Carlos Zorrinho, porque já transcorri o que possa ser uma área de convergência em relação ao estado crítico da Europa e à ausência de medidas que possam dinamizar a economia e criar emprego.

Uma das perguntas tem a ver, exatamente, com o défice estrutural e com o acordo que foi atingido, com o tratado que aí teremos e que será um tratado intergovernamental a 25, porque a 27 não pôde ser. Esse défice estrutural corrigido do ciclo (ou como se queira dizer) é uma impossibilidade manifesta e profunda para, em momentos de recessão, de crise económica profunda, de calamidade, qualquer governo acudir a uma situação mais crítica.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Não percebemos por que razão o Partido Socialista, seja na Constituição, que não quer e bem, seja numa lei de valor reforçado, possa aceitar uma limitação de 0,5% de défice estrutural. Isso é contra o Estado social. Um partido de esquerda não pode aceitar uma imposição desse género. Queria questioná-lo sobre essa matéria.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, vou fazer uma segunda e brevíssima pergunta.

Sr. Deputado, conhecendo as posições do Secretário-Geral do Partido Socialista, que aqui tanto citou, acerca da necessidade de um referendo — em 2008, em vários momentos, invocação da objeção de consciência —, por que não acompanha, neste momento, essa exigência?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Um tratado intergovernamental pode ser diretamente votado nos termos da Constituição, para que seja dada a palavra ao povo para dizer o que entende sobre este acordo, sobre este tratado, sobre este momento negro da União Europeia.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, quero acompanhá-lo, em primeiro lugar, dizendo que, de facto, de substancial, não houve grande novidade no Conselho Europeu.

É verdade que o Governo não nos surpreendeu, ou seja, ficou ainda abaixo do que seria exigível na compreensão do sinal que, mesmo assim, houve do Conselho Europeu. Mas é igualmente verdade que o Bloco de Esquerda também não nos surpreendeu e manteve sempre o seu e o mesmo discurso...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Ainda bem!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — ... de não ter uma capacidade de visão construtiva em relação ao que podemos fazer na Europa.

Sr. Deputado, há uma questão importante que coloca: como conciliar o limite do défice estrutural com o crescimento. Isso só é possível com as políticas que enunciei da tribuna; só é possível com políticas que dinamizem a economia privada, que permitam também, depois, dinamizar o investimento público e manter o défice estrutural em crescimento; isso só é possível com o Banco Central Europeu (BCE) como emissor de último recurso; isso só é possível com os *eurobonds*; isso só é possível com essas políticas ativas, que são fundamentais.

Por essa razão, estamos disponíveis para, com todos os partidos — e apelamos ao Governo que nos acompanhe —, lutar por uma Europa diferente: por uma Europa com uma outra visão; por uma Europa com uma outra perspetiva; por uma Europa inteligente, inclusiva; por uma Europa verde; por uma Europa com projeto! Essa, sim, é a Europa que valerá a pena comemorarmos como refundação da Europa.

Não queira, com certeza, o Sr. Deputado referendar aquilo que é um conjunto de normas que já todos aceitámos há mais de dois anos quando passámos a praticar o semestre europeu.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso agora é assim?!...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Este tratado é um conjunto de normas que está em prática e que foram aceites. Não faz nenhum sentido referendar este tratado. Faz sentido referendar um tratado refundador. E quem quer referendar este tratado é porque desistiu de lutar por uma Europa que valha a pena.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Finalmente, o Sr. Deputado sabe perfeitamente as circunstâncias em que o Secretário-Geral do Partido Socialista afirmou que queria um referendo: era um referendo a um tratado que tinha decorrido de uma Constituição e isso estava no programa eleitoral do Partido Socialista.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Desdizem-se muito!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Era uma circunstância completamente diversa da que temos agora.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, na sua declaração política, veio dizer-nos que o País está hoje mais pobre por causa daquilo que designou por «austeridade sem sentido».

É verdade, mas cabe-me a mim perguntar-lhe o seguinte: de onde vem esta austeridade sem sentido? Como é que o País chegou a este ponto?

**Vozes do CDS-PP:** — Ahhh...!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade que o País está hoje pior do que ontem, pior do que há seis meses.

**Vozes do PSD:** — Não é verdade!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está mais pobre, de facto! Tem uma taxa de desemprego absolutamente insustentável — quase um terço dos jovens está hoje desempregado —; os níveis de precaridade são absolutamente insustentáveis; a tentativa de destruição de direitos dos trabalhadores, feita recentemente através de um pacto dito de concertação social, é mais um pacto de destruição social dos direitos adquiridos depois do 25 de abril.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tudo isto é verdade, mas é consequência de quê, Sr. Deputado Carlos Zorrinho?

Vou dizer-lhe, porque me parece que está com a memória bloqueada...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

*Risos do PSD.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tudo isto é consequência dos sucessivos chamados «programas de estabilidade», apresentados pelo Partido Socialista nos últimos anos: o PEC 1, o PEC 2, o PEC 3, etc.

*Protestos do Deputado do PS Sérgio Sousa Pinto.*

Mas é também, no fundamental, consequência do que foi o Memorando da troica, que os senhores negociaram e assinaram e que os senhores das bancadas que apoiam o Governo subscreveram e estão agora a aplicar.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, acho muito bem que o Sr. Deputado Carlos Zorrinho nos venha falar de austeridade e reconhecer que ela vai conduzir Portugal a um beco sem saída, a um precipício, mas, Sr. Deputado, por favor, não insista em «sacudir a água do capote», como fez da tribuna,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ... e reconheça que o seu partido e o seu Secretário-Geral têm também profundas responsabilidades na situação em que estamos.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, fez-me uma pergunta muito direta: de onde vem esta austeridade?

Vou responder-lhe com as três razões fundamentais.

Em primeiro lugar, esta austeridade vem de uma crise internacional que os senhores demoraram muito tempo a reconhecer...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Fomos os primeiros a falar disso!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — ... e que só agora reconhecem.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Os senhores é que negavam e diziam que não havia!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Em segundo lugar, decorre de um pacto que o Sr. Deputado, apesar de ter a memória tão viva, parece já ter esquecido: decorre de um pacto entre a direita e a extrema-esquerda para juntos derrubarem um governo que estava a enfrentar a austeridade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O quê?! O vosso governo «caiu de podre»!...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — E, em terceiro lugar, decorre das políticas erradas que têm sido postas em prática por este Governo.

*Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.*

No entanto, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: coincidimos convosco no diagnóstico. Estamos muito preocupados com a situação social...

*Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Sr. Deputado, tenha calma. Estou a responder ao seu colega e assim ele não ouve bem o que lhe estou a dizer.

Como eu estava a dizer, estamos muito preocupados com a questão social, mas a nossa diferença não está no diagnóstico, está, sim, na resposta. Nós temos um caminho alternativo, que é um caminho possível, que está testado, que é compatível com o projeto europeu e com o modelo da Europa. O vosso caminho é o da demagogia, do vazio, do impossível.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Continue assim que vai longe...!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Por isso, o vosso compromisso com a democracia é absoluto — e quero relevá-lo aqui —, mas o vosso contributo para a solução tem sido sempre irrelevante.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, diz V. Ex.<sup>a</sup> que o Partido Socialista tem outro caminho.

Julgo que se há uma conclusão que se pode tirar da declaração política que acabou de proferir é a de que o Partido Socialista escolhe o caminho do regresso aos seus anos de governação ou, melhor, de desgovernação deste País.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Quem ouvir o Sr. Deputado Carlos Zorrinho fica com a sensação de que os problemas do País, os problemas do crescimento, os problemas do emprego se resolvem por decreto de uma qualquer intervenção de um responsável político.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Foi sempre assim que fizeram e estão a querer regressar ao caminho que nos trouxe até aqui.

Sr. Deputado Carlos Zorrinho, qual é o caminho do Partido Socialista? Mantermos níveis de endividamento similares aos que se registaram durante a governação do Partido Socialista? Mantermos a trajetória de aumento do desemprego similar à que se registou na governação do Partido Socialista?

*Protestos do PS.*

É o caminho da facilidade? É o caminho da «arte mágica» em que consolidação orçamental não é o pressuposto para alicerçar o crescimento económico?

*Protestos do PS.*

O que propugna V. Ex.<sup>a</sup>? Que as contas públicas se mantenham descontroladas? Que a despesa do Estado se mantenha descontrolada? É esse o caminho propugna, ou seja, o regresso à irresponsabilidade do Partido Socialista?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado falou da Cimeira Europeia, mas, então, não anotou que uma das conclusões da Cimeira foi, precisamente, o reconhecimento,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... por parte dos nossos parceiros, da evolução política da governação em Portugal, ou seja, uma evolução positiva que foi equiparada à Irlanda e afastada do caminho que está a ser seguido na Grécia? V. Ex.<sup>a</sup>, que esteve tão atento às conclusões da Cimeira, não foi capaz de ver que isso está lá escrito?

Finalmente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, a questão principal é a da responsabilidade política.

O Sr. Deputado vem apresentar uma posição absolutamente contrária aos objetivos que temos de prosseguir para cumprirmos os compromissos que os senhores subscreveram em nome de Portugal. O «balneário» responsável pela assinatura do Memorando de Entendimento reside nessa bancada, Sr. Deputado!

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**. — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Partido Socialista tinha hoje aqui uma oportunidade de o se juntar aos objetivos de consolidação orçamental, aos objetivos de criar os alicerces para Portugal crescer e gerar emprego. Era hoje uma oportunidade não de o Partido Socialista vir dizer que está contra tudo e contra todos, mas de se juntar às forças da sociedade que estão a convergir para ultrapassar as dificuldades deste momento. Era hoje uma oportunidade de o Partido Socialista se poder juntar aos que, por exemplo,

subscreveram o acordo de concertação social e subscrevem, com o Governo, a prossecução dos objetivos que nos vão tirar da crise em que os senhores nos mergulharam.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, o Partido Social-Democrata já devia ter o decore de não se justificar nesta Câmara com o passado!...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Para quem passa a vida a falar do PEC 4...!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr. Deputado, os portugueses são inteligentes. Os portugueses sabem que a situação do País, em março de 2011, não era fácil, mas os mesmos portugueses que sabem que a situação do País em março de 2011 não era fácil são os portugueses que sabem que, hoje, em janeiro de 2012, é muito pior.

Sr. Deputado, não acredito que a bancada do CDS-PP que o acompanha seja insensível ao facto de termos a terceira maior taxa de desemprego da União Europeia, ao facto de termos 13,8% de desempregados, ao facto de termos 31% de jovens desempregados e ao facto de termos o maior crescimento da nossa História! Não são certamente insensíveis a isso...!

O Governo, com uma política errada, esbanjou mesmo aquele que é um capital único que outros governos não tiveram na União Europeia, que foi o de terem o maior partido da oposição a fazer oposição com grande responsabilidade. Os senhores esbanjaram também esse capital e é muito importante sublinhá-lo. Sr. Deputado, empobreceram Portugal e não resolveram nenhum dos nossos problemas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estava declarada a falência!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Dou-lhe um exemplo: cortaram o 13.º mês de todos os portugueses, em 2011. Empobreceram o País e não resolveram nada. Não tinha sido necessário, como hoje sabemos.

O mais preocupante não é aquilo que fizeram. Ia dizer que continuam cegos, surdos e mudos com a paixão pela austeridade, mas vejo pela reação que continuam cegos, que continuam surdos, mas mudos não estão porque isto incomoda muito!

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, o Sr. Deputado, a propósito da Cimeira Europeia, fez uma intervenção política que nos trouxe dois conceitos: a austeridade com sentido ou sem sentido e políticas condenadas ao fracasso. Basicamente, em seis minutos, foram esses dois conceitos que aqui nos trouxe.

Sr. Deputado, para que fique claro: a austeridade sem sentido...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas vamos ter de interromper os trabalhos por 5 minutos dado que há problemas relacionados com o sistema de som da sala.

Está suspensa a sessão.

*Eram 15 horas e 43 minutos.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Filipe.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 48 minutos.*

O Sr. Deputado Nuno Magalhães estava a pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Zorrinho, pelo que peço que sintetize e conclua.

Tem de novo a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tinha começado, portanto, é difícil concluir, mas serei breve.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Pode concluir no devido tempo, reiniciando o pedido de esclarecimentos.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Agradeço ao Sr. Presidente a sua compreensão.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, dizia eu que V. Ex.<sup>a</sup> utilizou seis minutos para fazer uma declaração política que pretendia ser sobre a última Cimeira Europeia para desenvolver dois conceitos básicos: a austeridade sem sentido e as políticas condenadas ao fracasso.

Sr. Deputado, tendo até a concordar com esses qualificativos...

*Aplausos do Deputado do PS Carlos Zorrinho.*

Aplauda agora, Sr. Deputado?!

Sabe do que é que me lembrei quando o Sr. Deputado falava em austeridade sem sentido e em políticas condenadas ao fracasso? Lembrei-me de aeroportos onde não aterram avisões, de autoestradas onde não passam carros, de postos de abastecimento de carros elétricos que não existem... Foram seis anos de políticas condenadas ao fracasso, Sr. Deputado!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Foram seis anos e meio a esbanjar capital, seis anos e meio a conduzir os jovens ao desemprego, seis anos e meio a condenar o País a uma situação de soberania limitada uma vez que depende de ajuda externa para fazer face a compromissos correntes de funções essenciais como pagar salários à função pública ou pensões aos pensionistas!...

O Sr. Deputado diz que falo do passado. Não se trata de falar do passado, mas, sim, de falar de onde estamos, porque é que estamos e como chegámos aqui. Foi disto que esta Cimeira Europeia também tratou: da necessidade de não voltarmos a ter modelos de desenvolvimento em que o mote era «gastar, gastar, gastar e quem vem a seguir que pague a conta, que pague a fatura!». Em última análise quem paga a fatura são sempre os cidadãos...!

**Vozes do PS:** — Ohhh...!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — O Sr. Deputado falou-nos de um problema preocupante, o do desemprego. Com certeza que somos sensíveis a isso, Sr. Deputado, mas o Sr. Deputado acredita que haja alguém que nos esteja a ver lá em casa, que haja algum português que acredite que esse é um problema dos últimos seis meses? Ou o problema não terá sido o modelo de crescimento do Partido Socialista, baseado em fazer obra pública atrás de obra pública, grande investimento atrás de grande investimento durante seis anos e meio, que nos trouxe onde nos trouxe?

Mas o Sr. Deputado nem uma palavra sobre esta matéria teve! Esperaria também que o partido da oposição fizesse propostas e um ato de contrição do que devia ter feito e não fez.

O Sr. Deputado diz que esta maioria fez «orelhas moucas» a propostas que o Partido Socialista apresentou. Sr. Deputado, lembro-me de uma proposta que tem a ver com a linha de investimento do BEI. Curiosamente, o montante da proposta era superior ao montante disponível da própria linha.

Portanto, Sr. Deputado, não é com propostas destas que o País tem um partido de oposição responsável e que apresente alternativas.

O Conselho Europeu trouxe-nos, apesar de tudo, duas notas que gostaria de salientar e não ouvi o Sr. Deputado fazê-lo. Penso que, em primeiro lugar, enquanto partido responsável, como maior partido da oposição, podia e devia ter feito uma clara aposta no crescimento económico, com controlo das contas públicas, matéria da qual o Partido Socialista se esquece quando fala.

Em segundo lugar, definitivamente, Portugal é um caso de cumprimento, um caso que se descolou de outros exemplos como o da Grécia e que aparece como um caso de sucesso de ajuda financeira.

Com isso esperávamos que o Partido Socialista estivesse envolvido neste esforço, que não é do CDS, que não é do PSD, que não é deste Governo, que não é desta coligação, que é de Portugal e dos portugueses!

Porém, mais uma vez o Partido Socialista aparece com uma agenda própria, esquecendo-se do interesse nacional, o que lamentamos. É porque o País precisa de uma oposição forte, de uma oposição que construa alternativas e de uma oposição responsável — como foi no passado, no Orçamento do Estado — que se envolva nesse esforço. Penso que o Sr. Deputado tem agora uma boa oportunidade de dizer que ainda bem que na União Europeia somos comparados com a Irlanda e não com a Grécia, como acontecia há seis meses e meio.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, o Sr. Deputado está convencido, depois destes seis meses de Governo, de que ainda alguém lá em casa acredita em si e no CDS-PP?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Na sua casa é que não!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Os senhores fizeram uma campanha diferente; bateram-se pelas pequenas e microempresas, bateram-se pela baixa de impostos, disseram que iam apoiar as empresas, os empreendedores, os agricultores, a economia real. Vimos...! Seis meses depois, a governação apagou-vos completamente a memória.

A sua intervenção não teve uma única linha de solução. A sua intervenção não teve uma única referência às questões europeias. A sua intervenção não teve uma única linha de esperança para os portugueses. Os senhores esqueceram completamente para que foram eleitos, esqueceram completamente o programa que vos elegeu.

*Protestos do CDS-PP.*

Por isso, Sr. Deputado, se me permite, queria dar-lhe um pequeno conselho que aceitará se quiser: oiçam agora as empresas, oiçam agora os agricultores, oiçam agora os empreendedores, oiçam agora os portugueses e aproximem-se mais daquilo que prometeram, a bem da democracia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma declaração política, a Sr. <sup>a</sup> Deputada Rita Rato.



A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A 17 de novembro, dois meses depois do início das aulas, 6051 estudantes já teriam abandonado o ensino superior: mais 20% do que no ano anterior, de acordo com um jornal diário. Por dia, 100 estudantes até àquela data foram afastados do acesso e da frequência do ensino superior público.

Há poucos dias outro jornal diário denunciava que, só em metade das universidades portuguesas, 3300 estudantes já abandonaram os estudos. As dificuldades económicas, a dificuldade de acesso a bolsa de estudo e o aumento do valor das propinas são apontados pelos serviços de ação social das instituições como as principais razões.

Na Universidade de Évora, 39% dos estudantes terão sido excluídos do acesso a bolsa; na Universidade Técnica de Lisboa, 32%; e, no Instituto Politécnico do Porto, 30% não tiveram acesso à bolsa de estudo.

É inaceitável que, desde 2009, sejam públicos relatos de estudantes universitários que recorrem ao Banco Alimentar para matar a fome, e que a resposta encontrada pelo anterior governo do Partido Socialista e pelo atual Governo PSD/CDS seja cortar bolsas, aumentar propinas, aumentar o preço da senha de refeição e das residências e cortar no passe escolar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa lê-se que «Todos têm direito à educação e à cultura», e que para tal «O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação (...) contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais (...)».

Para cumprir a Constituição, os sucessivos governos deveriam ter seguido políticas de financiamento do ensino superior público e de ação social escolar que concretizassem este comando constitucional.

**O Sr. Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Mas a política educativa dos sucessivos governos PS, PSD e CDS tem caminhado exatamente no sentido inverso: desrespeito e violação da Constituição, subfinanciamento das instituições, aumento das propinas e cortes brutais na ação social escolar.

O País está confrontado com uma profunda recessão económica e uma dramática situação social, brutalmente agravada com a concretização pelo atual governo do pacto de agressão da troica, que PS, PSD e CDS subscreveram.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, as despesas das famílias com a educação aumentaram, nos últimos anos, 74,4%.

Há muito que estudar no ensino superior já não é para quem quer, é para quem pode: é para quem pode pagar 1036 € de propinas, mais despesas de alojamento, transporte, alimentação e materiais escolares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o anterior governo do Partido Socialista e o atual Governo ocultam o número de estudantes bolseiros e os valores das bolsas atribuídas. A última informação oficial mais concreta dada ao Parlamento foi a de que, no ano letivo 2009/2010, em 75 000 estudantes bolseiros de ação social, apenas 119 recebiam a bolsa máxima.

**O Sr. João Oliveira** (PCP): — Uma vergonha!

**O Sr. Bernardino Soares** (PCP): — Um escândalo!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — No ano letivo 2010/2011, com a aplicação do Decreto-Lei n.º 70/2010, 11 000 estudantes perderam bolsa e 12 000 estudantes tiveram redução no valor da bolsa.

Para além disto, o preço do alojamento nas residências e da refeição nas cantinas sofreram aumentos.

Passados mais quatro meses do início do ano letivo há ainda muitos estudantes que não sabem se terão acesso à bolsa e milhares de outros que receberam respostas negativas. Não será coincidência o corte que o Orçamento de Estado para 2012 já previa de 21% no Fundo de Ação Social e de 90 milhões de euros na ação social indireta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perante esta situação dramática é obrigação do Estado assumir a salvaguarda dos direitos dos estudantes, impedindo que, por razão de insuficiência económica, milhares de

jovens continuem a abandonar o ensino superior, travando esta «sangria» a quem é negado o direito à educação.

É inaceitável que o Governo, com o apoio do PS, sempre preocupado com a descapitalização da banca não esteja minimamente preocupado com a descapitalização das famílias e dos jovens, que, por isso, são obrigados a abandonar o ensino superior.

É inaceitável que um governo, num país em crise, tenha entregado 12 000 milhões de euros à banca e não disponibilize nem sequer uma pequena parcela desta verba para travar esta sangria de estudantes no ensino superior por motivos de insuficiência económica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao contrário do Governo do PSD, do CDS e do PS, o PCP está preocupado e, por isso mesmo, já apresentou e agendou propostas sobre esta matéria.

Sem prejuízo de uma solução de fundo para o problema central do financiamento do ensino superior público, entendemos que é urgente tomar medidas que travem esta situação.

A 10 de fevereiro discutiremos as propostas do PCP de isenção do pagamento de propinas aos estudantes bolseiros da ação social, aos estudantes que pertençam a um agregado familiar com membros em situação de desemprego e aos estudantes que pertençam a um agregado familiar que aufera um rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a 490 €.

Discutiremos também o acesso gratuito à senha de refeição, ao passe escolar e ao alojamento para estes estudantes.

Esta proposta não anula, antes reforça, a necessidade do fim das propinas para todos os estudantes através de uma lei de financiamento do ensino superior público que dê resposta às necessidades concretas de cada instituição e de uma lei de ação social que garanta, de facto, a igualdade de oportunidades a todos os estudantes.

Os direitos dos estudantes foram todos conquistados com a sua luta. Também agora a defesa da escola pública, gratuita, de qualidade e democrática para todos só será possível com a sua mobilização e com a luta determinada dos estudantes do ensino superior.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se quatro Srs. Deputados. Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pela importância do tema que aqui trouxe hoje, que é uma vergonha para o País: mais de 6000 jovens são obrigados a abandonar o ensino superior, porque não têm condições para suportar os cortes feitos nas bolsas de estudo, que não chegam, que não correspondem às necessidades destes jovens, e devido ao aumento das propinas. É uma vergonha! Este é um Governo que «corta as pernas» a estes jovens. Trata-se de uma situação inaceitável, porque a igualdade de oportunidades — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada invocou a Constituição — está completamente posta em causa.

Já sabemos que, mesmo no passado, a origem social e cultural dos jovens condicionava em muito as suas escolhas e as suas oportunidades, ou seja, essa igualdade já não existia há muito tempo e hoje estão a ser completamente «cortadas as pernas» aos jovens.

A Europa não servirá, com certeza, ao Governo só para aquilo que lhe dá jeito... É que o Governo está comprometido com a Estratégia 20-20 e com a meta europeia de atingir, daqui a poucos anos, uma taxa de licenciados de 40% na faixa dos 30 anos. Este é um compromisso assumido por este Governo!

Gostaria, pois, de perguntar-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em que é que estas políticas cegas, em que é que a austeridade, em que é que a discriminação dos jovens, em que é que «cortar as pernas» à juventude contribui para um compromisso assumido por esta maioria: 40% de licenciados daqui a poucos anos — este é o vosso compromisso, e é por ele que têm de responder!

Por outro lado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, queria colocar-lhe uma outra questão, que tem a ver com uma outra realidade que aqui foi reconhecida, que é a seguinte: Portugal é um país único, porque é o País onde os jovens licenciados, até aos 25 anos, são os mais prejudicados e as principais vítimas da quebra das taxas de

emprego ao nível da Europa. Ao contrário, na Europa, são, muitas vezes, os menos qualificados os mais prejudicados.

Quero, pois, perguntar-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: que País é este? Que País é este que não tem nada para oferecer a esta geração senão mandá-la emigrar? Quais são as propostas que se exigem, que se impõem à esquerda, quer de mobilização social, quer de luta dos jovens, quer de uma alteração radical de políticas, que estão a enterrar o futuro da nossa juventude?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato informou a Mesa que pretende responder individualmente a cada pedido de esclarecimento.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório, agradeço a questão que colocou.

De facto, do que se trata aqui é do direito à frequência do ensino superior público. E não estamos a falar de impossibilidades financeiras; estamos a falar de opções políticas de um governo que disponibiliza 12 000 milhões de euros para a banca, mas que não garante a igualdade de oportunidades nem garante o financiamento das instituições de ensino superior...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — ... para que seja possível o acesso a todos os estudantes e a todos os jovens portugueses.

Estamos a falar de um Governo, do PSD e do CDS, que, seguindo exatamente as pisadas de anteriores governos do Partido Socialista, pretende transformar a educação num negócio,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — ... porque reconhece que o mercado da educação, de acordo com números da Organização Mundial do Comércio, vale o dobro do mercado automóvel. E sabendo e reconhecendo a apetência dos grupos económicos e financeiros para a área da educação, pretende transformar um direito constitucional num negócio.

**Vozes do PCP:** — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Para isso, as propinas aumentam até 1036 € e a ação social escolar tem uma aplicação muito limitada no número de estudantes que a ela têm acesso.

O PCP entende que é urgente dar uma resposta aos milhares de estudantes que têm sido obrigados a abandonar o ensino superior e que é urgente cumprir a Constituição. Para isso, é necessário uma lei de ação social que garanta, de facto, a igualdade de oportunidades e é preciso garantir o financiamento adequado às instituições de ensino superior, não as obrigando a cobrar propinas aos seus estudantes, porque o valor das propinas cobradas no ano de 2012 representam 300 milhões de euros.

E veja-se bem: para o *offshore* da Madeira, os benefícios fiscais são de 1200 milhões, ou seja, ¼ desse valor. Se existisse, de facto, vontade política de concretizar o direito à educação para todos, uma parte do que vai para o *offshore* da Madeira era garantido, impedindo-se assim que milhares de estudantes abandonassem o ensino superior público.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, quando o PCP fala de ensino superior já sabemos onde é que a conversa, inevitavelmente, vai dar. Inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, usa a cassete, fala do fim das propinas...

*Protestos do PCP.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação às propinas, estamos particularmente à vontade, pois o CDS nunca se manifestou contra esse sistema. Aliás, tive oportunidade de presidir, com muita honra, durante dois anos, à Juventude Popular, que foi a única organização de juventude que, quando foram instituídas as propinas, não se manifestou contra elas, porque sabemos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que na dotação para o sistema de ensino superior, para a melhoria da sua qualidade, a participação das famílias é algo que faz sentido.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada podia ter inovado e ter apresentado propostas que pudessem ser, de facto, sustentadas politicamente por este Governo. É que, Sr.<sup>a</sup> Deputada, as coisas mudaram bastante desde o tempo do governo do PS. Por exemplo, este Governo continuou o caminho que a anterior Assembleia iniciou, contra a vontade do PS, mas por iniciativa do CDS-PP, de retirada das bolsas de estudo do sistema de verificação de recursos, o que significou uma grande mudança para os jovens.

Percebo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o PCP tenha de fazer sempre a defesa do seu discurso,...

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — É o que o CDS faz!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — ... mas podia, por exemplo, dizer que quando os estudantes se manifestaram pela abertura de um novo período de candidatura às bolsas foi este Governo que lhes deu ouvidos e que abriu esse período de candidatura para resolver alguns dos problemas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui referiu.

E vou dizer-lhe outra coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada: tenho muita pena que o PCP tenha tanta dificuldade em jogar o jogo democrático, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando percebe que vai a votos e que, infelizmente ou não, continua na oposição, vem reclamar daquelas pessoas que estão lá fora um levantamento social, um combate na rua,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E há de tê-lo!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — ... que vai fazer mudar as políticas deste Governo,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — ... em vez de contribuir com propostas concretas que sejam, de facto, legitimadas por este Parlamento, através de um processo democrático. Bem ou mal, é a democracia que temos.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas no dia 10 vamos discuti-las!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Percebo que para o PCP faça muita confusão que tenhamos de discutir as coisas neste Parlamento. Mas o PCP podia aqui trazer propostas concretas, que fossem ao cerne da questão.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — No dia 10 cá estaremos a discuti-las!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Pedir o fim das propinas é uma questão que, como saberá, esta maioria não poderá acompanhar.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, agradeço-lhe a questão, mas, ou eu ouvi mal, o que é possível, ou o Sr. Deputado não falou na ética social na austeridade.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Curioso!...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — É que fala sempre nessa ladainha da ética social na austeridade!

**Vozes do PCP:** — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Perante a realidade duríssima de mais de 6000 estudantes já terem abandonado o ensino superior, a ética social vai às urtigas!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — O Sr. Deputado integra uma bancada parlamentar que, na X Legislatura, apresentou uma proposta no sentido de isentar os estudantes do pagamento de propinas se os membros do agregado familiar estivessem em situação de desemprego.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Esqueceu-se!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Talvez este seja, certamente, um bom agoiro para quando, na próxima semana, estivermos a discutir a nossa proposta, o Sr. Deputado possa, de facto, acompanhar a proposta do PCP relativamente a esta matéria.

Podem o Governo, o PSD e o CDS-PP continuar a enfiar a cabeça na areia, como uma avestruz, e dizerem que o problema não está a acontecer, mas todos os dias reconhecemos que há mais dificuldades, que há estudantes a passar necessidades básicas e que há milhares de estudantes a abandonar o ensino superior. E podem continuar a dizer que o direito à educação é para quem pode pagar e que quem não pode pagar,... olhe, que se lixe!.. Mas isso não é conversa, Sr. Deputado!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — A Constituição existe! É verdade que a toda a hora os senhores querem substituí-la pelo pacto de agressão, mas a Constituição existe, e o que se exige neste momento é que aqueles que são uns mãos largas para a banca tenham apenas uma mão pequenina para os estudantes do ensino superior.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — E para quem fala tanto em ética social na austeridade, certamente esta é uma questão que há de ficar na consciência dos Srs. Deputados do CDS-PP.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, parece que começa a ser um hábito nesta Assembleia, sobretudo da parte do PCP e do BE,...

**Vozes do BE:** — Ai, ai, ai!...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — ... que uma verdade dita muitas vezes,...

**Vozes do PCP e do BE:** — Ah!...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — ... aliás, que uma mentira dita muitas vezes parece verdade.

**Vozes do PCP e do BE:** — É uma verdade, é!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Srs. Deputados, registo a vossa aflição.

Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há uma coisa que não podemos deixar passar em claro: os Srs. Deputados do BE e do PCP até agora agitam muito o número de cerca de 6000 estudantes que abandonaram o ensino superior por razões económicas. E aqueles que mudaram de curso?! E aqueles que não gostaram do curso?! E aqueles que foram trabalhar e não quiseram estudar?!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Se não há emprego, como é que foram trabalhar?!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É verdade que há estudantes que abandonaram o ensino superior por razões económicas, mas não misturem os dados quando eles não são verdadeiros. É que esses dados não existem. Nesses números, os senhores têm de contar com os jovens que fizeram essas opções. Isso é muito importante.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Desça à terra! Desça à terra!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Para a semana, teremos oportunidade, com o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, que virá a esta Assembleia — viabilizámos essa vinda —, de esclarecer todos esses números.

Já agora, queria aqui lembrar também que foi este Governo, que tomou posse em junho, que preparou o novo regulamento — que todos concordam ser mais justo —, que não trata de forma diferente os mesmos irmãos, e cujo valor da bolsa média é superior à passada, ou seja, dá mais dinheiro a quem mais precisa porque nem todos os estudantes são iguais.

E digo-lhe mais: foi esta bancada parlamentar a primeira a exigir que este Governo criasse uma nova oportunidade para os estudantes do 1.º ano poderem concorrer a bolsas. Esse período terminou ontem e novos 5000 estudantes tiveram oportunidade de se candidatarem a bolsas da ação social escolar. É esta a dura realidade que os Srs. Deputados não querem encarar.

E digo-vos ainda mais: quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada fala em aumento de propinas, fala do que foi o valor da inflação, porque ninguém aumentou as propinas. Por dizer isso muitas vezes não se torna verdade, e a verdade tem de ser dita.

Termino, com mais um argumento, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: falaram muito no aumento do preço das cantinas, no aumento do preço das residências, mas também se esqueceram de referir — e a bem da verdade é bom que o façam — que os estudantes bolseiros têm um complemento para as residências que foi aumentado. Isso é mentira?! Isso é verdade, e convém ser lembrado!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Termino, dizendo apenas uma coisa. Este Governo tomou posse em Junho, e há uma coisa que garantimos: é que, ao contrário dos anos passados, desta próxima vez as candidaturas e os processos de concurso a bolsas começarão muito mais cedo do que no passado. Não iremos ter a confusão nos serviços que houve durante os últimos anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Marques, recorde-me do Sr. Deputado, quando era dirigente da JSD, na oposição, aqui à porta do Parlamento com uma corda ao pescoço, porque na altura estava no governo o PS. Agora, como o PSD está no Governo a conversa já toca de outra maneira.

**Vozes do PCP:** — Troca-tintas!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Deputado, importa aqui referir um aspeto: desde 2009 que o Parlamento não conhece números objetivos sobre a ação social escolar. O anterior governo, do Partido Socialista, e o Sr. Ministro Mariano Gago nunca nos disseram qual era o valor médio da bolsa em cada uma das instituições, nunca nos disseram qual era o número total de estudantes bolseiros. O PCP já foi obrigado a dirigir ao seu Governo uma pergunta três vezes — porque já passaram o prazo de 30 dias em três meses — e o Governo não se dignou a responder a uma coisa a que está obrigado de acordo com a lei e a fornecer à Assembleia da República os dados concretos sobre aquela que é a realidade.

**Vozes do PCP:** — Devia envergonhá-lo!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — O Sr. Deputado pode continuar a fazer o mesmo que faz o seu colega de coligação e «enfiar a cabeça na areia», mas nós quando vamos às instituições de ensino superior ouvimos falar de dificuldades, da realidade concreta de quem é obrigado a escolher entre se almoça ou janta na cantina, porque a bolsa mínima não dá para almoçar e jantar uma semana.

O Sr. Deputado falou do preço da refeição. Ora, deveria saber o que é gerir uma bolsa de 98 € para saber se almoça à segunda, à terça ou à quarta, porque a bolsa não permite fazer as refeições em condições de dignidade.

O Sr. Deputado deveria ter mais cuidado e deveria ser mais sensível à realidade das pessoas. Pergunte ao seu colega Emídio Guerreiro quantos estudantes já abandonaram o ensino superior na Universidade do Minho. Mais de 600!

Existe um direito consagrado na nossa Constituição que diz que todos têm direito à educação e à cultura. Na verdade, o que tem acontecido é que governos ora do PS, ora do PSD, ora do CDS, todos os dias fecham a porta a milhares de estudantes, o que é inaceitável.

O Sr. Deputado pode continuar a contar, da parte do PCP e da parte dos estudantes, que não desistem de lutar pelos seus direitos, com uma luta cerrada, e não com cordas ao pescoço.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Santos.

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, todos e todas neste Hemiciclo sabem bem que o ensino superior público vive em 2012 uma situação de grande aflição financeira e que, possivelmente, em 2013 muitas instituições entrarão em pré-ruptura ou em rutura.

O documento de estratégia orçamental 2011/2013, recentemente aprovado, é claro: o corte de 8,5% no Orçamento do Estado para 2012 será acrescido em 13% no Orçamento do Estado para 2013. Estes são cortes históricos, cortes na «massa cinzenta» do País.

Este subfinanciamento é o roteiro escolhido pelo atual Governo para a falência generalizada das instituições de ensino superior público; é o anúncio antecipado do despedimento massivo de ativos altamente qualificados; é a concretização de uma estratégia de desresponsabilização do Estado face ao ensino superior público.

Trata-se de uma estratégia também vincada pela exclusão de estudantes do sistema ao elaborarem um regulamento de bolsas que, numa altura em que a situação socioeconómica das famílias se agrava, é mais difícil, exclui mais 25% de estudantes em comparação com o ano letivo anterior. Ao aumento do número de

lugares de residências entre 2005 e 2011 responde o atual Governo com a exclusão de estudantes; ao aumento da bolsa média entre 2005 e 2011 responde o atual Governo com a exclusão de alunos potencialmente bolseiros; ao aumento do orçamento para a ação social indireta, refeições e alojamento responde este Governo com cortes superiores a 8,5%.

A exclusão no ensino superior público é a escolha deste Governo.

Aproveito para informar que também o PS, no próximo dia 10, apresentará um projeto de resolução com recomendações sobre a matéria em apreço.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Santos, gostaria de dizer que, apesar de o Parlamento não conhecer dados objetivos sobre esta realidade,...

**Vozes do PSD:** — Ah!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Oiçam!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — ... existem notícias de Novembro de 2011, cuja fonte são os serviços de ação social de cada uma das instituições. E, pelo que o PCP sabe, o Governo nunca as desmentiu; nunca vimos um desmentido relativamente a esta matéria na página do Governo.

O Sr. Deputado recordou o cenário negro que está anunciado para as instituições no decurso deste ano letivo, que é um cenário negro que começou há muitos anos atrás. Mas convém lembrar que o PCP não se limita a fazer um diagnóstico negro e tem apresentado propostas nos momentos certos para evitar esses problemas. De facto, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2012, apresentámos aqui inúmeras propostas, que o PS poderia ter acompanhado, até no sentido de isolar o PSD e o CDS, dizendo que defendia um caminho completamente diferente. Mas, infelizmente, o PS não acompanhou as propostas do PCP no sentido do financiamento das instituições de ensino superior público de acordo com as suas necessidades concretas e, infelizmente, também acompanhou, mais uma vez, o CDS e o PSD.

Portanto, a questão concreta que o PCP gostaria de aqui deixar no final deste debate é a de que, mais uma vez, fazemos o diagnóstico, não enfiámos a «cabeça na areia», não desistimos dos estudantes e muito menos desistimos do cumprimento da Constituição. E no dia 10 de Fevereiro cá nos encontraremos novamente para discutir propostas que obrigam o Governo não a cumprir o pacto de agressão, mas sim a cumprir a Constituição.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 78.<sup>o</sup>, n.<sup>os</sup> 2 e 3, do Regimento, o Governo inscreveu-se para proferir uma declaração política, que dá origem a um debate com uma grelha própria.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** (Sérgio Monteiro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje passamos das palavras aos atos, passamos do papel para o terreno e termina a discussão, começa o tempo de fazer. E há muito para fazer! Com as decisões que hoje começam a ser implementadas, damos corpo e sentido a uma medida que todos reclamavam mas que ninguém teve coragem de decidir: a integração tarifária, em Lisboa, que permite verdadeira intermodalidade.

Abandonámos o modelo cuja complexidade labiríntica vinha destruindo qualidade, eficiência e valor das empresas que prestam este serviço.

Abandonámos um modelo que tinha desistido de servir o utente e que se limitava a sobreviver à conta dos contribuintes. Era preciso devolver os transportes aos utentes. Os transportes públicos tinham de voltar a



prestar um serviço aos utentes e não a servir-se dos utentes. O novo passe «Navegante», aproxima-nos das melhores práticas mundiais e simplifica a vida dos moradores na área metropolitana de Lisboa, à semelhança do que acontece no Porto com o tarifário «Andante»: CP, Carris e Metro num único título mais barato e mais fácil, que promove uma crescente utilização de transporte público e inverte a tendência de queda que marcou os últimos 20 anos.

Quero, nesta ocasião, lembrar o papel fundamental das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto neste processo, onde, com total respeito pelas diferentes opiniões e posicionamentos políticos dos diferentes responsáveis autárquicos, foi possível encontrar um ponto de absoluta concordância: a necessidade de reformular um sistema que estava condenado ao colapso total num brevíssimo espaço de tempo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Um acordo que não nega, nem esconde, as dificuldades que o setor dos transportes enfrenta e cuja solução era inadiável. Na atual conjuntura, com as condições por todos nós herdadas, não existem meias medidas que respondam eficazmente aos problemas que enfrentamos. Não existia nem espaço, nem tempo para adiar o inadiável. Felicito, por isso, ambas as juntas metropolitanas por o terem percebido.

Os portuenses, os lisboetas, os portugueses não mereciam mais fingimentos, mais adiamentos, porque o País nos pede clareza nos objetivos, firmeza na ação, exigência nos resultados. Fica aqui a garantia dada perante todos de que salvaremos o serviço público da iminência de insolvência, de falência, mesmo com todas as dificuldades que nos são colocadas todos os dias, por aqueles que dizem ter mais amor ao serviço público. É que salvar o serviço público implica decisões corajosas e estruturalmente coerentes e não retórica inflamada e lugares comuns que nada acrescentam à sua sustentabilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Salvamos o serviço público e asseguramos a sua utilização pelos mais desprotegidos da sociedade, redistribuindo os subsídios a quem mais precisa. Este Governo alargou a base de incidência do Passe Social+, que agora, para uma família tipo de dois sujeitos passivos e dois dependentes, passa a abranger rendimentos até 1258 € mensais por comparação com os atuais 1090 €.

A cobertura anterior, que era de 45 000 utentes estimados, alarga-se hoje para 110 000 utentes estimados, abrangidos por descontos que, em alguns casos, são aumentados dos 25% para os 50% — cidadãos beneficiários do rendimento social de inserção, complemento solidário de idosos, estudantes beneficiários do escalão A da ação social escolar.

Introduzimos coerência na política tarifária em todo o território. O País exige-nos e não aceitaria que continuasse a política de subsidiação a Lisboa, onde o preço era, em média, 16% mais baixo que o resto do País que tem serviço público.

Se não tomássemos estas decisões, o que pensaria todo o outro País que se esforça, como os de Lisboa e os do Porto? Em nome da sustentabilidade das contas públicas e que não têm serviço público organizado, para esse outro País que tem razão em sentir que durante décadas foi esquecido pelo poder político no que diz respeito à política de transportes, o Governo tem uma resposta: descentraliza competências nas comunidades intermunicipais e nos municípios para a organização do serviço público de transportes, assegurando regras iguais na qualidade do serviço e no preço pago pelos cidadãos.

Há um denominador comum em toda esta reforma. Ao fim de décadas, o Estado deixa hoje de defender os interesses das empresas públicas para passar a defender o interesse dos utentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Quer isto dizer que será o Estado a exigir que ao aumento de tarifas corresponda o aumento da qualidade e da disponibilidade do serviço; quer isto dizer que o Estado será implacável na avaliação da forma como as empresas e os gestores públicos gastam o dinheiro dos contribuintes; quer isto dizer que o Estado intervirá sempre junto dos sindicatos não como patrão das empresas públicas mas como provedor dos seus utentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O serviço público de transportes não se pode servir a si próprio, tem de servir as pessoas. No fim do dia, queremos ser avaliados por esse serviço, pela reforma que estamos a implementar.

Por fim, uma palavra a todos os portugueses que amanhã verão a sua mobilidade condicionada pela greve. Independentemente das greves, o Governo seguirá, sem hesitações, o caminho da racionalidade, porque, sendo a greve um direito que o Governo respeita, é também nossa obrigação, aqui, informar o País de que só no ano passado, de efeitos diretos do conjunto de greves no setor dos transportes, estas empresas foram lesadas em mais de 30 milhões de euros.

As greves põem em causa o serviço público...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Secretário de Estado, tem de concluir.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Termino já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, as greves põem em causa o serviço público, colocam-nos mais longe do objetivo para o setor e para o País e obrigam-nos, a todos, a mais sacrifícios.

Justiça social, coesão territorial, mais atratividade do transporte público, para que, como sempre disse o Governo, nenhum português fique para trás.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Vozes do PCP**: — Demagogo!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, como podem verificar, o debate que se segue tem uma grelha de tempos própria, a qual está já fixada no quadro eletrónico. Como esta grelha não é igualitária, vamos ter de ser rigorosos na contagem dos tempos disponíveis para cada grupo parlamentar.

Ficou acordado que as intervenções se processariam pela ordem de inscrição, estando já inscritos quatro Srs. Deputados, pelo que tem a palavra, em primeiro lugar, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações veio aqui dizer que o Estado está agora a defender os interesses dos utentes, que será um provedor dos utentes e das populações e que vai aumentar a qualidade nos transportes. A primeira pergunta que tenho para lhe fazer, Sr. Secretário de Estado, é esta: como é que consegue dizer isso sem se rir?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que vem para aqui dizer piadas de mau gosto, falar em lugares comuns, que supostamente atribui ao discurso dos outros, encher o Plenário de parangonas, quando sabe que está a faltar à verdade?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que vem aqui falar de aumentar a qualidade dos transportes, na sequência do anúncio do encerramento de linhas e de carreiras,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... do recolher obrigatório que está a impor às populações, de um aumento dos preços dos transportes, que, em 13 meses, atinge, em alguns títulos, 140%?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — É um roubo!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que está aqui a anunciar a integração tarifária, quando o nivelamento das tarifas é feito por cima e está a criar situações em que as pessoas pagam o dobro do que pagavam no mês passado?! É este o provedor dos utentes que vem aqui apresentar-se ao Parlamento?!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Devia ter vergonha!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, é um truque muito antigo, e muito revelador quanto à seriedade de quem o utiliza, invocar o resto do País contra Lisboa e o Porto e invocar Lisboa e o Porto contra o resto do País,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... quando os senhores encerram serviços no Alentejo, no ramal da Lousã, em Bragança, em Vila Real. Fazem mal ao País todo e depois põem o País virado contra si mesmo! É inaceitável, Sr. Secretário de Estado! É inaceitável!

*Aplausos do PCP.*

O recuo nas medidas de encerramentos, esta roubalheira nos preços dos transportes — diz que isto serve para resolver o problema da dívida e do passivo das empresas?! Sr. Secretário de Estado, isto é a mesma coisa que dizer que a invasão do Iraque foi feita para ir buscar as armas de destruição maciça! É uma mentira do tamanho de um comboio! Estes aumentos servem para preparar a entrada dos privados nas empresas...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e pôr a população a pagar adiantada a fatura desse negócio ruinoso para o País e para o Estado mas brilhante e magnífico para os interesses dos grupos económicos. É para isto que servem mais estes aumentos e a roubalheira que está a ser imposta às pessoas nos últimos dias.

Continua a faltar o cerne da questão no discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, porque fala em resolver o problema, em salvar o serviço público... Mas perguntamos: onde é que está o saneamento dos tais milhares de milhões de euros que foram acumulados com os Governos do PSD, do CDS e do PS?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É com estes aumentos de preços?!

Ainda esta manhã aqui tivemos o senhor que V. Ex.<sup>a</sup> nomeou para o grupo de trabalho, para os relatórios que mandou fazer, a dizer que é impossível concluir o que quer que seja de poupanças e de ganhos com estas medidas destruidoras do serviço público, de encerramentos de carreiras e cortes de ligações, que não há poupança, lucro ou ganho económico que se consiga demonstrar com essas medidas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isto que o senhor apresenta para salvar o serviço público?! Isto é salvar e proteger os interesses do poder económico, mas não foi para isso que o senhor foi eleito pelas pessoas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que acontece é que a Constituição da República Portuguesa estabelece que o poder político se sobrepõe ao poder económico e aquilo que os senhores estão a fazer é o contrário. Mas vão encontrar a resposta devida na luta das populações e dos trabalhadores do setor, nomeadamente na jornada marcada para amanhã.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, senhor, é na luta que se defendem os direitos e é na luta que se defende o futuro do País!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o número de propaganda que hoje aqui fez é completamente inútil, porque não há ninguém neste País que não esteja a perceber que está a sofrer um imenso assalto com este imposto gigantesco que é o aumento dos transportes públicos. E está a acontecer em Lisboa, está a acontecer no Porto e está a acontecer no resto do País!

Mas, se é inútil o seu número de propaganda, porque não há ninguém que não saiba que é tudo mentira, prova uma insensibilidade deste Governo e uma leviandade a tratar da vida das populações que é intolerável, completamente intolerável! É um desrespeito pela vida de toda a gente!

Sr. Secretário de Estado, hoje, uma família com rendimentos médios de 700 € está a pagar, no mínimo, e na melhor das hipóteses, o dobro para andar em transportes públicos, com o aumento dos seus passes sociais e o aumento dos passes sociais dos filhos. Sr. Secretário de Estado, isto é um assalto!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O assalto é a dívida das empresas!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Isto é um imenso imposto! E os transportes estão a ser cortados em todo o País!

Mais: o argumento que dá sobre as alterações tarifárias tenta esconder o que não se consegue esconder. É que estas alterações são uma forma de fazer mais uma subida! Lembro que, no Porto, o passe geral dos STCP custava 42 € e, com o seu fim, o equivalente, o «Andante», custa 102 € — um aumento de 60 € num passe, ou seja, de 150%!

Sr. Secretário de Estado, não há maneira de defender a política do Governo, porque ela não segue caminho nenhum! O que sabemos é que este imposto, este assalto que está a ser feito às populações não resolve absolutamente nada!

O Governo tem uma frase absolutamente leviana e preguiçosa, no despacho do aumento dos tarifários, segundo a qual os tarifários devem «(...) ser atualizados em função da evolução do custo dos fatores de produção de cada modo de transporte», e pretende mesmo que todos os custos incorridos na sua prestação sejam cobertos pelo tarifário. Sr. Secretário de Estado, não há nenhum país no mundo — nenhum! — em que as receitas das tarifas paguem o serviço público de transportes. É impossível! Ainda assim, em Portugal, temos dados muito bons. Temos empresas, como a STCP, por exemplo, em que o resultado operacional paga 90%.

Mas o que os senhores querem é que a população portuguesa pague duas vezes o que já pagou, porque o que querem é que as pessoas paguem a suborçamentação do que foi o investimento e, portanto, querem que paguem dívidas das empresas de transportes sobre investimentos que já pagaram uma vez e outra vez. Quantas vezes é que a população vai ter de pagar pelo mesmo serviço?!

Isto é um imposto absurdo, é um assalto, é um roubo! Mesmo assim, o que os senhores sabem é que não resolvem problema nenhum, porque, hoje, as empresas, em juros da dívida, gastam uma vez e meia o que gastam em salários de trabalhadores.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Concluo já, Sr. Presidente.

Portanto, não nos venha enganar! A menos que queira subir os tarifários até não haver um único utente nos transportes públicos, até não haver, na realidade, um único transporte público, o que querem não é resolver nenhum problema de dívida, o que querem, sim, é privatizar os serviços.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Menezes, dispondo de 5 minutos para o efeito.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o tema que o Governo nos traz aqui hoje é, de facto, da maior atualidade, mas é também da maior importância para todos os portugueses que nos veem e que nos ouvem. E o que a todos nos move, nesta Câmara — estou certo! —, é uma vontade firme de defender um serviço público de transportes acessível, capilar, eficiente, mas também, porque tem de o ser, sustentável. E, nos tempos que vivemos, a palavra sustentabilidade é crucial.

O que o Governo herdou da anterior governação do Partido Socialista foi um setor público dos transportes completamente insustentável, falido, insolvente, na bancarrota.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — No tempo do Cavaco Silva e do Santana Lopes dava lucro!?!...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr. Deputado José Junqueiro, hoje de manhã, na TSF, já estava muito animado... Agora, deixe-me falar, porque também quero falar.

*Protestos do PS.*

A dívida do setor público dos transportes, herdada do Partido Socialista, foi de 17 000 milhões e essa dívida, só entre 2005 e 2011, aumentou 6000 milhões de euros. Dava para fazer alguns hospitais ou quase 400 escolas pelo País fora!

Mas, Sr. Secretário de Estado, não queria deixar de salientar que, apesar da herança, aquilo que o Governo, o Ministério e o Sr. Secretário de Estado, em particular, têm feito é de salientar. E quero apenas dar alguns exemplos: a apresentação do Plano Estratégico dos Transportes, em 3 meses; a reestruturação do setor, como um todo, que teve resultados operacionais negativos de quase 500 milhões de euros em 2010,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — ... para um setor com um resultado operacional próximo de zero em Dezembro de 2012; a criação de um passe social, finalmente um passe social e não um título de transporte único, como havia antigamente; e, entre todas estas realizações, não quero deixar de salientar a reestruturação da oferta de transportes nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É que, Sr. Secretário de Estado, apesar do alarde criado por muitos, os grupos de trabalho fizeram o seu trabalho técnico sem se deixarem influenciar pelo ruído daqueles que, do PS ao PCP ou ao Bloco de Esquerda, mais não pretendiam do que criar um alarme social politicamente irresponsável à volta deste tema.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Toda a gente que comprou passe sabe o que aconteceu!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Mas o grupo de trabalho fez o seu trabalho técnico e o Governo também tomou as suas decisões políticas, as quais nasceram de um consenso que até hoje nunca foi conseguido. O Governo ouviu, dialogou, negociou e fez o pleno do consenso, Sr. Secretário de Estado, consenso esse que teve em conta alterações demográficas e a gestão eficiente dos trajetos.

Por tudo isto, quero dar os parabéns a todos os envolvidos, nomeadamente aos operadores e às juntas metropolitanas. E, nas juntas metropolitanas, não posso deixar de evidenciar a coragem dos autarcas do Partido Comunista, que não ficaram atrás da barricada ideológica de sempre e foram à procura do consenso. Por isso, deixo esta palavra aos autarcas comunistas!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vocês chumbaram a vinda deles aqui! Tiveram medo de os ouvir!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Mas, Sr. Secretário de Estado, a pergunta que lhe quero fazer vai neste sentido: já nos disse o número que estas greves significaram em 2011, que foi de 30 milhões de euros de prejuízos diretos, mas gostava que nos dissesse quanto é que a greve de amanhã vai custar aos cofres públicos, designadamente em custos diretos e indiretos. É que também temos o direito de saber qual é o custo, para a nossa economia, de andarmos de greve em greve!

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — É que, se a greve é um direito dos trabalhadores, poder chegar a horas ao trabalho e poder levar as nossas crianças à escola é um direito que o Governo tem a obrigação de defender para todos os portugueses, e não podemos abdicar desse direito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Termino, Sr. Secretário de Estado, fazendo-lhe um apelo, porque, da parte da esquerda radical, já foram buscar ao baú da ideologia do século XIX, que continuam a adular, o apelo à luta e à contestação dos trabalhadores. Quero fazer-lhe o mesmo apelo, Sr. Secretário de Estado, quero apelar para que conteste o *status quo* que continua a existir em muitas destas empresas públicas e, por isso, peço-lhe que vá lutar contra o desperdício, contra a falta de eficiência e contra o dinheiro mal gasto em todas estas empresas públicas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Acho bem! A começar nos gestores, nos *boys*!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Digo-lhe, sem preconceitos ideológicos, porque esta frase, Sr. Secretário de Estado, não é de nenhum partido em particular mas de todos: a luta continua!

Por isso, continue, porque não podemos parar este esforço de fazer Portugal andar para a frente, independentemente daqueles que querem que Portugal continue no mesmo sítio.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — À beira do precipício, quer dar um passo em frente!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Ainda para pedir esclarecimentos, dispondo, igualmente, de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo tema que aqui nos trouxe, mas também porque, de facto, tem marcado a diferença em relação ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, desde logo pela sua disponibilidade, pela sua intervenção, por vir ao Plenário, pela prontidão com que se disponibiliza a vir à Comissão de Economia e Obras Públicas. Essa é uma grande diferença.

A requerimento do Partido Socialista, foi aprovada, na semana passada, a vinda do Sr. Secretário de Estado à Comissão e amanhã cá o teremos. A vinda do Ministro da Economia e do Emprego à Comissão foi aprovada antes do Natal, em dezembro, e só foi agendada para a próxima semana, dia 7 de fevereiro. Realmente, há uma grande diferença. Espero que o seu exemplo faça escola com o Sr. Ministro.

O Sr. Secretário de Estado também referiu aqui, e bem, o esforço de diálogo que fez com as juntas metropolitanas, com os autarcas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Ainda bem que o fez, e aqui também marca a diferença em relação ao Sr. Ministro da Economia, por exemplo, em sede de concertação social. Também aqui espero que o seu exemplo, Sr. Secretário de Estado, faça escola e que o Sr. Ministro da Economia a siga, porque já temos o Dr. Paulo Portas como «ministro sombra» na diplomacia económica, já temos outros ministros a salvar, em sede de concertação social, o Sr. Ministro de Economia e temos o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que tem vindo sempre «dar a cara» relativamente a este assunto.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Que «baixismo» rasteiro! Muito rasteiro!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Secretário de Estado, ainda bem que dialogou. Isso só lhe fica bem, porque as propostas que estavam em cima da mesa eram bastante gravosas para a mobilidade. Eram um cardápio de redução de horários — aquele disparate de o metro fechar às 21 horas! —, de supressão de carreiras, de alterações que diminuíram, e muito gravemente, a mobilidade nas Áreas Metropolitanas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso não ficou tudo resolvido!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Naturalmente, nesses diálogos, houve um recuo em muitas das propostas, mas há muito que ainda pode e deve ser melhorado. E o diálogo que foi feito não pode fazer esquecer — e a intervenção que aqui fez não pode obscurecer isso — aquilo de que todos lá fora falam hoje: o aumento escandaloso do preço dos transportes, porque é isso que aqui está em causa.

*Aplausos do PS.*

Por muitas declarações políticas que o Sr. Secretário de Estado aqui faça, não pode alterar esse facto.

O Sr. Secretário de Estado usou várias expressões muito elaboradas para rodear o tema e não falar desse assunto, porque três aumentos num ano, aumentos de 15%, de 25%, de 20%, de 50%, de 80%,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — De 104%!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — ... em muitos dos passes dos transportes em todo tarifário são escandalosos, é «ir ao bolso» dos portugueses, é a austeridade pela austeridade, que se soma aos aumentos da eletricidade, do IVA na restauração, do gás, ao corte absolutamente desnecessário e injustificado nos subsídios de Natal. Portanto, o Sr. Secretário de Estado e o Governo estão a esquecer, também aqui, a função social que os transportes públicos devem ter.

Sr. Secretário de Estado, o que também está em causa é que não podemos resolver apenas o problema das empresas. Todos concordamos — aliás, já dialogámos sobre isso — que as empresas públicas de transportes têm problemas que devem ser resolvidos, mas isso só tem acontecido pelo lado da receita e com o aumento dos transportes. É preciso ir mais além. São políticas de austeridade, políticas monetaristas que acabam por prejudicar a mobilidade dos portugueses e das portuguesas.

Os próprios dados do Governo que têm vindo a público preveem que com tudo isto haverá uma diminuição da utilização dos transportes públicos por parte dos utentes, e não é isso que se pretende.

Numa altura de crise económica, financeira e social em que os transportes públicos mais precisam de ser utilizados pelos portugueses e pelas portuguesas, está previsto que as medidas apresentadas terão como consequência uma diminuição dessa utilização.

Termino, Sr. Secretário de Estado, colocando-lhe uma pergunta que espero que tenha resposta hoje ou amanhã, em sede Comissão. Que medidas estão em cima da mesa para resolver, isso sim, o problema do endividamento das empresas? Já conversámos sobre isso e já apresentámos propostas. Amanhã, em sede de Comissão, apresentaremos propostas para uma reflexão construtiva sobre esta matéria, sem dogmas, no sentido de procurar consensos para resolvermos o problema.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que também o Sr. Secretário de Estado traga a lume ideias, porque da bancada do PSD a única coisa que temos tido é a mesma cantilena de sempre: ausência de propostas e a cantilena do passado. Como eu disse aqui na semana passada, quem fala muito no passado é porque tem muito pouco, mas mesmo muito pouco, a dizer sobre o presente e a apresentar para o futuro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em nome de Os Verdes, gostava de perguntar-lhe como é que se presta ao papel que aqui veio fazer hoje. Como é que o Sr. Secretário de Estado tem a suprema «lata» de chegar à Assembleia da República e dizer que o Governo está a devolver o transporte aos utentes?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, não acha que o que está a acontecer a nível da política de transportes é sério demais para o Governo estava a brincar na Assembleia da República e, por via da Assembleia da República, estar a brincar com os portugueses?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A senhora é que está a brincar!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É! É sério demais!

Sr. Secretário de Estado, um dos piores defeitos de um governante é não atender à realidade, é «assobiar para o lado», fingir que ela não existe, que ela não lhe toca. É um defeito enorme da governação. E parece que há muitas pessoas que, quando chegam ao governo, começam a ter esse defeito de uma forma generalizada. Isso é mau!

Deixe ver se entendi o que disse. O Sr. Secretário de Estado tem visto os inúmeros protestos por esse País fora, os quais têm assumido as mais diversas formas contra a política concreta do Governo para a área dos transportes. O Governo pensa que essas pessoas estão a contestar pelo facto de lhes querer dar mais transportes, mas elas não o querem! Por isso batem o pé. Não querem os transportes que o Governo lhes quer dar!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — São feitos!



A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Isto é um total absurdo, Sr. Secretário de Estado!

Por isso, Os Verdes pedem ao Governo que acorde para perceber aquilo que está a passar-se neste País, porque é exatamente pela razão contrária que as populações estão a protestar. O Governo está a tirar-lhes os transportes de que necessitam, e elas não querem que isso aconteça porque têm direito à mobilidade, precisam dela, até para os seus movimentos pendulares casa/trabalho, trabalho/casa, escola/casa, casa/escola.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quem é que paga?!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Entende, Sr. Secretário de Estado? As pessoas precisam desses transportes e o que o Governo está a fazer é a retirar-lhes, das mais diversas formas: encerrando carreiras, linhas ferroviárias, serviços ferroviários...

O Governo apresentou, segundo diz, um Plano Estratégico dos Transportes (PET), que é um verdadeiro plano de encerramento de transportes, mas eis que viemos a descobrir que o Governo quer ir muito além desse PET que aqui apresentou. Por exemplo, a população de Setúbal está indignada com o facto de o Governo lhes retirar, roubar, digamos assim, o comboio intercidades e o serviço regional para o Algarve. O Governo vai muito para além do PET! Ou seja, vamos ter aqui muito mais anúncios de encerramento de serviços de transporte!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, quero dizer-lhe o seguinte: não há nenhuma empresa cuja dívida seja colmatada com a retirada dos clientes, ou seja, neste caso, com a retirada dos passageiros, dos utentes! Quando os senhores esvaziam de passageiros essas empresas, elas perdem, e perdem financeiramente. O que os senhores estão a promover é uma gestão danosa dessas empresas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, gostava, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de lhe dar os parabéns pela matéria que aqui trouxe, bem como pela firmeza e clareza com que aqui a apresentou, hoje.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pois claro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria ainda dizer-lhe que não faz contraposição ao Ministro da Economia e do Emprego, pois o que V. Ex.<sup>a</sup> aqui trouxe foi exatamente o oposto do que acontecia no passado, nomeadamente durante os governos socialistas.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ou seja, onde reinava o desperdício, agora reinam o rigor e os gastos feitos com respeito pelo contribuinte e pelos utentes dos transportes públicos;...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Isso é tudo fantasia!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... onde reinavam aumentos de transportes com calendário eleitoral... Aliás é bom lembrar o Sr. Secretário de Estado o que aconteceu, durante o governo do Partido Socialista, quando se deu o maior aumento do preço dos combustíveis de que há memória. É que o Partido Socialista,

em véspera de eleições, em 2009, resolveu não aumentar os preços dos transportes públicos e, com isso, agravou a situação.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, há, por um lado, um Governo que respeita os contribuintes portugueses, o serviço de transportes públicos e os utentes...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa história está um pouco mal contada!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... e há, por outro lado, quem reine na confusão, quem não tenha a menor ideia e nenhum respeito quanto ao que devem ser os transportes públicos.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E isso acontece também com o Partido Comunista Português.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já cá faltava essa!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tirando um qualquer funcionário do Partido Comunista Português, grevista radical, que apareça a representar uma qualquer comissão de utentes, porque nos aparecem moções a dizer isso,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Olhe que há pessoas que votaram em vocês que também lá estão!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... quer as câmaras municipais do PCP, quer mesmo as intervenções em sede de comissão, um pouco mais serenas, do Partido Comunista Português,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há pessoas que acreditaram em vocês que estão nessas lutas!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... na generalidade, concordam.

Existe uma matéria relativamente à qual o Partido Comunista Português é muito sensível: a modelação dos transportes, a modelação da bilhética. Hoje mesmo, ficou claro, até para o Partido Comunista Português, que ela era uma confusão. Havia ofertas de modelação de bilhética que não serviam os interesses do utente,...

*Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.*

... nem sequer serviam os interesses das empresas. Ou seja, não havia uma oferta de modelação de bilhetes de acordo com as necessidades dos utentes nem, depois, uma distribuição racional desses valores às empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — E por isso optaram pelos aumentos!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Havia o quê? As famosas indemnizações compensatórias, todas elas desequilibradas, todas elas desajustadas, em que não ganhavam as empresas nem os utentes.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que grande trapalhada que para aí vai!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Gostava de referir uma outra matéria. Este Governo, este Plano e esta reestruturação respeitam a segurança dos passageiros — uma coisa de que os senhores deveriam falar e não falaram. Dou como exemplo o que é considerado, hoje, o regime de marcha económica.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A vossa marcha é para andar a pé!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ou seja, comboios com menos carruagens e encerramento de alguns átrios em algumas estações. Para quê? Para garantir mais segurança aos utentes, essencialmente em horários em que essa segurança é mais afetada.

Em resumo, há uma oferta de acordo com a procura, uma oferta de modelação tarifária de acordo com as necessidades dos utentes, uma distribuição mais rigorosa e mais equitativa dos valores às empresas, uma cooperação entre o transporte público e o transporte privado. Não há sobreposição, tenta-se que haja uma oferta equilibrada,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Qual oferta equilibrada?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... uma oferta complementar. Tudo isso faz sentido, tudo isso é racional e tudo isso aqui foi dito pelo Sr. Secretário de Estado.

Para além disso tudo, o Sr. Secretário de Estado disse hoje, aqui, que criou uma coisa muito simples: um passe social. Ou seja, paga quem tem condições para pagar, não paga quem não tem condições para pagar.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Tenha juízo!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Tenha juízo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso, sim, parece-me da maior justiça e fazer todo o sentido.

*Aplausos do CDS-PP.*

*Protestos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no que respeita aos protestos por todo o País, sobre os quais me questionaram, não os sinto.

*Protestos do PCP e do BE.*

E não os sinto porquê? Porque eles não representam a opinião da generalidade da população mas, sim, a opinião de alguns expressa através das comissões de utentes...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — ... que não são mais do que extensões de alguns dos partidos que hoje, aqui, mais vociferaram contra a política do Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PCP.*

Compreendam que não temos mais capacidade para esconder aquilo que foi escondido durante anos!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tem que ir às aulas de democracia!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — E o que se escondeu durante anos foi que os défices gerados por políticas erradas eram cobertos com dívida que aumentava o passivo das empresas e que acabava por tornar essas mesmas empresas devedoras de mais e mais dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — E vocês, quanto a isso, não têm uma ideia que seja!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Quando se pretende dizer que, com estas medidas, o Governo não resolve o problema da dívida,...

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Claro que não!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — ... desminto essa mentira categoricamente, porque a primeira forma de resolver o problema da dívida é...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Destruir o transporte público!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — ... não incorrer em mais dívida!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — E a forma de não incorrer em mais dívida é dar sustentabilidade operacional a estas empresas. É como estar dentro do buraco e cavar mais e mais. É para isso que nos pretendem empurrar!

*Protestos do PCP.*

Nós recusamos esse caminho! Não aumentaremos mais a dívida, os resultados operacionais serão equilibrados no final deste ano,...

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Os resultados operacionais estão equilibrados, os juros é que não!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — ... e teremos capacidade para que o ano de 2013 seja plenamente equilibrado no setor público dos transportes!

**Vozes do PSD**: — Muito bem

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Outra mentira repetida à saciedade é a de que há retirada de serviços. Não há!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não?!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Não há! Não há nenhuma!

*Protestos do PCP.*

Sempre que descontinuamos uma linha ferroviária por conta da decisão, que tinha sido tomada pelo governo anterior, de estender o corte das linhas a 800 km, é criado, ao lado, um serviço rodoviário que garante mobilidade a todos.

*Protestos do PCP e do BE.*

O modo ferroviário não é uma obrigação!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — É um negócio, como a Transtejo!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — O modo de transporte deve assegurar mobilidade, e essa mobilidade está assegurada pelo Governo.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Tenham vergonha!

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: — Perguntaram-me, depois, quais são os impactos da greve. A greve de amanhã tem um impacto nas empresas públicas que é igual à poupança que o Estado vai fazer ao reduzir o número de administradores. E aqueles que, tão corretamente, protestam para que o Governo seja rigoroso no número de administradores, nas suas regalias e remunerações, com um dia de greve matam o esforço que o Governo tem num ano ao racionalizar o custo dos gestores públicos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PCP e do BE, tendo o Deputado do PCP Bernardino Soares batido com a mão no tampo da bancada.*

A economia sofre um impacto estimado em 150 milhões de euros com a greve de amanhã. São 150 milhões de euros que perdemos porque a mobilidade não está assegurada, porque o absentismo aumenta e porque não somos capazes de continuar o esforço de consolidação.

*Protestos do PCP.*

Termino dizendo que não teremos capacidade de executar a reforma se não tivermos uma postura de diálogo.

O Governo deu o exemplo, os autarcas comunistas deram o exemplo, os autarcas socialistas deram o exemplo, os sociais-democratas e centristas deram o exemplo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Saúdo a postura de diálogo que o PS mostrou na sua intervenção e apenas espero que amanhã, na discussão que tivermos, também a bancada do PCP, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista «Os Verdes» tenham exatamente a mesma postura de diálogo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vá esperando sentado!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Terminámos o período de declarações políticas, vamos passar ao próximo ponto da ordem do dia, que será preenchido pela discussão, na generalidade, dos projetos de lei n.<sup>os</sup>

29/XII (1.<sup>a</sup>) — Lei de Bases do Ambiente (Os Verdes), 39/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente (BE), 143/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece as Bases da Política de Ambiente (Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que aprovou a Lei de Bases do Ambiente) (PS) e 154/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece as bases da política de ambiente (PCP).

Para apresentar o projeto de lei n.º 29/XII (1.<sup>a</sup>), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os Verdes propuseram o agendamento da revisão da Lei de Bases do Ambiente para hoje de modo a podermos iniciar uma alteração de fundo à Lei de Bases, que vigora desde 1987.

Foi uma lei extraordinariamente importante à época, como forma de valorização de objetivos ambientais e da sua introdução no pensamento e nas definições políticas, mas está, hoje, nitidamente desatualizada. Por várias razões, das quais vou salientar duas: quer porque se colocam, hoje, novos desafios ambientais, não contemplados na Lei de Bases do Ambiente, quer porque foram sendo desenvolvidas políticas pelos sucessivos governos que, em vez de valorizarem e consolidarem componentes ambientais, o que fizeram foi, justamente, o inverso, ou seja, fomentar mais problemas ambientais.

Na perspetiva de Os Verdes, alguns novos desafios, não contemplados na Lei de Bases do Ambiente, colocam-se hoje.

Por exemplo, não há, nesta Lei, uma única referência à matéria das alterações climáticas quer na sua componente de combate quer na sua componente de adaptação.

A Lei não fala sobre um princípio, hoje estruturante, das políticas ambientais, como o princípio da precaução, nem fala sobre um foco de poluição importante nos dias que correm, que é, independentemente da nossa posição sobre os transgénicos, a questão real do risco de contaminação ambiental por organismos geneticamente modificados (OGM).

Por outro lado, como exemplo de políticas erradas que têm fomentado maiores problemas ambientais nesta matéria, Os Verdes gostariam de salientar a questão das assimetrias regionais. É importante que a Lei de Bases do Ambiente tenha em conta aquela que é, talvez, uma das maiores problemáticas ambientais do País, que é, justamente, esta grande diferenciação entre o litoral e o interior do País.

Daí o facto de Os Verdes terem formado um capítulo, nesta Lei de Bases do Ambiente, sobre zonas vulneráveis, onde incluímos o mundo rural, porque consideramos que, hoje, os riscos de desertificação são enormes. O abandono do mundo rural tem sido gradual, mas intenso, e isso repercute-se aos mais diversos níveis, não só ao nível do solo, mas até no flagelo dos fogos florestais, com todas as consequências daí decorrentes.

Por outro lado, integramos nas zonas vulneráveis a questão do litoral que é, hoje, objeto de grande concentração humana, de grande concentração de atividade e, além disso, de grande pressão, de grande erosão. Por isso, Os Verdes propõem, no texto da Lei de Bases do Ambiente, uma série de orientações no sentido da preservação do nosso litoral.

Para além disso, Os Verdes introduzem, na Lei de Bases do Ambiente, maior especificação sobre a avaliação de impacte ambiental. Consideramos que o texto atual não foca suficientemente a sua importância para a tomada de decisões políticas, e é importante que fique expresso que este instrumento é determinante para a própria formação das decisões políticas.

Também propomos uma coisa que tem sido bastante esquecida, em Portugal: que o custo/benefício de determinadas obras e de determinados projetos seja realizado com os custos da degradação ambiental, tendo em conta as potencialidades dos valores naturais para o desenvolvimento. É um fator que tem andado permanentemente esquecido na tomada de decisões políticas.

Viramos também esta Lei de Bases do Ambiente para uma questão estruturante para o País: o mar.

Assim, Os Verdes propõem a prevenção dos ecossistemas marinhos e da sua biodiversidade e, simultaneamente, um sistema de vigilância marítima e costeira em toda a faixa litoral e, também, a definição de corredores marítimos que afastem, de uma forma significativa, o transporte de substâncias perigosas da nossa zona costeira.

Igualmente, em matéria de energia, consideramos que devemos acrescentar mais na Lei de Bases do Ambiente e, por isso, propomos que a produção energética seja baseada na poupança — princípio fundamental —, na eficiência — princípio também fundamental — e na diversificação e descentralização de

formas de produção renováveis. Renováveis é o que propomos, justamente para poder afastar lógicas de nuclear, em Portugal.

Sobre a água, reforçamos o princípio da utilização eficiente do recurso «água», fomentamos a necessidade de uma rede de reutilização — é preciso partirmos definitivamente para essa lógica — e defendemos a gestão pública da água, a única compatível com uma utilização racional deste recurso tão vital à vida.

Propomos também um combate eficaz à especulação imobiliária e a enriquecimentos indevidos decorrentes da classificação e da reclassificação de solos, quantas vezes com enormíssimos impactes ambientais, de uma forma negativa, naturalmente.

Propomos, ainda, que a produção seja feita em função das necessidades de consumo e não em função de interesses económicos, que tantas vezes levam a um sobreconsumo exagerado e extraordinariamente negativo ao nível ambiental. Esta nossa proposta implica uma produção a uma pequena escala, uma produção mais localizada e, naturalmente, tem como consequência uma menor produção de resíduos.

Introduzimos, ainda, o princípio da utilização dos recursos naturais que assegure direitos e necessidades das gerações vindouras. De facto, esta Lei de Bases do Ambiente, sendo de 1987, ainda não transpõe para o seu texto o conceito de desenvolvimento sustentável, tão badalado e introduzido na altura da Conferência do Rio, e nós consideramos que é importante que este princípio seja também introduzido nesta Lei.

Inscrevemos também uma série de instrumentos de política de ambiente, que não constam atualmente na Lei de Bases do Ambiente, e damos uma maior valorização, nesta Lei, ao associativismo para o ambiente, as conhecidas ONGA (organizações não governamentais de ambiente), que devem ser chamadas a participar como verdadeiros parceiros das políticas ambientais. Julgamos que a Lei de Bases do Ambiente lhes deve fazer esse justo reconhecimento da importância social que essas organizações têm.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, obviamente que Os Verdes entendem que as propostas que decidimos introduzir na Lei de Bases do Ambiente não esgotam todas as propostas que podem surgir. Por isso, consideramos extraordinariamente importante fazer um debate, na especialidade, muito intenso, muito diversificado e muito alargado, de modo a que possamos atingir um objetivo de criação de uma Lei de Bases do Ambiente bastante sólida e bastante robusta.

Dirão, talvez, alguns Srs. Deputados: «Mas com tantos problemas que, hoje, existem no País é assim tão fundamental rever agora a Lei de Bases do Ambiente?» A resposta de Os Verdes é: «Sim. Absolutamente, sim!», especialmente num País onde não há definitivamente Ministério do Ambiente, foi engolido em toda aquela amálgama de competências do designado MAMAOT (para não ter que dizer o nome todo), onde, definitivamente, as questões ambientais foram totalmente aniquiladas e onde todos os dias, em nome de outros interesses neste País, se fomentam problemáticas ambientais extraordinariamente graves.

É por isso que Os Verdes consideram que é preciso gerar maiores potencialidades de desenvolvimento, que é preciso garantir um futuro mais próspero e desta forma, e com estas opções políticas deste Governo, absolutamente inexistentes e só feitas em função de grandes negociatas, não vamos lá.

É por isso que introduzir o ambiente na agenda política é determinante, porque é de desenvolvimento e de futuro que estamos a falar.

O desejo de Os Verdes, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é o de que se construa uma lei de bases do ambiente sólida, robusta, como eu disse, que seja, ela própria, fomentadora de melhores políticas para o ambiente por parte dos poderes públicos.

Neste caso concreto, um caso de inexistência absoluta de políticas para o ambiente, o importante é começar e continuar a exigí-las de uma forma muito séria e veemente.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferro Rodrigues.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista pedidos de esclarecimentos à oradora.

Para fazer a apresentação do projeto de lei n.º 39/XII (1.<sup>a</sup>), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, foi entregue ao Governo um manifesto em favor da energia nuclear. O Ministro da Economia afirmou o seguinte: «A opção pela energia nuclear é uma questão que não se coloca neste momento». Pois o Bloco de Esquerda defende que a opção nuclear não se pode colocar, nem neste momento, nem no futuro. Esta é uma das propostas incluídas no

projeto de lei do Bloco de Esquerda para uma nova lei de bases do ambiente: a proibição expressa da energia nuclear, em Portugal. A lição de Fukushima deve ser suficiente, se outras faltassem, para não admitirmos os riscos ambientais e para as pessoas e bens que o nuclear acarreta.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o nuclear é um dos múltiplos desafios a que temos de dar resposta. Mais de 25 anos depois da publicação da Lei de Bases do Ambiente, e apesar de, à data, esta lei ter sido muito importante e inovadora, está hoje desatualizada face aos novos objetivos e ameaças.

Uma política de ambiente atual tem de acolher o reconhecimento global da importância do equilíbrio ecológico para o desenvolvimento humano desta e das próximas gerações; tem de aceitar que o planeta tem limites e que a economia predadora dos recursos naturais e ecossistemas, poluente e geradora de desperdício e promotora de desigualdades sociais não nos garante o futuro.

O aquecimento global e as alterações climáticas são o reflexo do que acontece, quando não respondemos a estes desafios. O desenvolvimento socioeconómico insustentável trouxe a uma situação muito difícil neste início de milénio, e temos de atuar imediatamente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda defende que a política de ambiente tem de assegurar sistemas de produção adequados às necessidades das populações, promovendo o seu bem-estar, a sua qualidade de vida, garantindo os seus direitos básicos e o acesso aos serviços públicos essenciais, e, simultaneamente, evitar atividades poluentes e bens socialmente supérfluos; deve ordenar a atividade produtiva para promover a proximidade entre produtores e consumidores; deve desenvolver uma economia não dependente de combustíveis fósseis e neutra de carbono, com tecnologias limpas e redução dos parâmetros de poluição; deve adaptar o território e o local onde se desenvolvem as atividades aos ciclos naturais, prevenindo os efeitos que as alterações climáticas irão criar.

Para nós, os recursos naturais e a qualidade ambiental são bens de utilidade pública e, por isso, as políticas e ações sobre o ambiente são de utilidade pública e servem o interesse geral desta e das próximas gerações. Os danos causados ao ambiente são danos ao interesse público e os direitos privados não se lhe podem sobrepor.

Queremos reforçar a proteção do ambiente, defendendo o interesse público na gestão ambiental, garantindo o equilíbrio ecológico, respondendo aos direitos sociais das populações e criando instrumentos para enfrentar novos riscos e ameaças ambientais.

Na política da água, defendemos a administração e a gestão pública dos recursos hídricos e dos serviços de abastecimento de água e saneamento, porque a água não é uma mercadoria e não é uma oportunidade de negócio. Por a água ser um direito básico, queremos garantir o acesso universal de todas as pessoas à água para satisfazer as suas necessidades básicas, sem discriminação por insuficiência económica, condição social ou localização geográfica.

Quanto à política de solos, valorizamos a função social do solo, determinando um planeamento do território, um ordenamento dos usos permitidos e a programação da ocupação e uso do solo da exclusiva competência da Administração Pública como forma de combater a construção desmedida e a especulação do solo, realizando a cativação pública das mais-valias urbanísticas.

Na conservação da natureza e da biodiversidade, consideramos que cabe ao Estado assegurar o planeamento, o ordenamento, a gestão e a fiscalização, e, por isso, rejeitamos as concessões ou as famigeradas parcerias público-privadas.

Quanto aos recursos energéticos, não só defendemos a proibição da energia nuclear como rejeitamos a produção de biocombustíveis resultantes de culturas alimentares. A nossa visão de uma política energética está alicerçada nas energias renováveis, nomeadamente na energia solar, que é abundante no nosso País e é segura.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Finalmente, e tendo em conta a necessidade de fortalecer os instrumentos de política do ambiente, consideramos imprescindível valorizar a participação pública na defesa



do ambiente. Assim, os direitos e os deveres dos cidadãos são reforçados, nomeadamente o seu acesso a informação e os meios que têm para participar na elaboração e execução das políticas ambientais.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma última nota: preocupa-nos sobremaneira a ausência de propostas do Governo — ou até de notícias da sua elaboração — e mesmo de capacidade de atuação básica nesta área. Submersos no universo megalómano de fusões ministeriais, o ambiente está em suspenso há já nove meses. Tempo demais!

As políticas ambientais são garantes quotidianos da saúde pública, da economia e das nossas vidas. Um ministério em parte incerta, com ou sem gravata, não só é inadmissível como é extremamente perigoso.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podemos esperar mais 25 anos. A revisão da Lei de Bases do Ambiente tem de começar hoje.

O Bloco de Esquerda tem, naturalmente, abertura e empenho para um processo de especialidade que seja abrangente e que possa defender o nosso País e o nosso ambiente das ameaças que se repetem e que se renovam.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins, nos últimos tempos, temos assistido a diversas tentativas de aproveitamento e de apropriação por uns de preocupações ambientais que, obviamente, são de todos, e se há partido que pode orgulhar-se de ter sempre estado na linha da frente da defesa e proteção do ambiente é o PSD.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — O PSD foi inovador, numa época em que o ambiente ainda não era politicamente tão relevante, ao propor e aprovar a atual Lei de Bases do Ambiente.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Passadas mais de duas décadas, ainda hoje é reconhecido por alguns partidos da oposição que a concretização do direito ao ambiente só não foi plenamente atingida não por imperfeições da lei mas, sim, porque as orientações políticas da mesma não foram totalmente concretizadas.

Reconhecemos que a atual Lei de Bases do Ambiente carece de atualização, e estamos disponíveis para a melhorar, para a aperfeiçoar, para a adequar a uma nova realidade, para dar resposta a questões ambientais que não existiam no século passado, para que inclua o princípio da precaução e do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Não estamos, no entanto, disponíveis para permitir que a Lei de Bases do Ambiente seja politizada e promotora de divisões ideológicas e doutrinárias,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os senhores querem privatizar a água!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — ... que, obviamente, não são desejáveis numa lei que deve ser agregadora e o mais consensual possível, pois o ambiente e a sua defesa devem ser uma matéria de união da sociedade portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — A proposta que o Bloco de Esquerda aqui hoje nos apresenta deveria ser mais genérica, mais virada para o futuro e não tão específica. Não é um texto simples nem sucinto, acessível a todos os cidadãos, como deveria, pois quer transpor para uma lei estruturante do direito ambiental matérias que devem fazer parte de legislação sectorial. Por exemplo, como compatibilizar a iniciativa do Bloco de Esquerda, onde refere que os anúncios luminosos só são permitidos nas áreas urbanas e são condicionadas as suas cores, formas, intensidade luminosa, localização e intermitência por regulação própria, com a sinalização rodoviária atual, nomeadamente nas autoestradas?

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Poder-se-á considerar realista e ambientalmente recomendável garantir a cobertura de todo o território nacional com sistemas coletivos de saneamento de águas residuais urbanas? Isto é não conhecer a nossa ruralidade.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Concluo já, Sr. Presidente.

A importância do tema deve unir a sociedade portuguesa. Façamos também um esforço no sentido de aprovar uma proposta consensual e participada, de forma a garantir às futuras gerações um desenvolvimento sustentável e um ambiente mais acolhedor. Está o Bloco disponível para este esforço?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maurício Marques, parece-me que parte da sua pergunta é dirigida à sua própria bancada, porque o PSD, na passada Legislatura, tinha uma proposta para a revisão da Lei de Bases do Ambiente e agora não apresentou nenhuma.

Portanto, quanto à disponibilidade para debater e para ser abrangente, o Bloco de Esquerda tem toda; o Partido Social Democrata é que tinha uma proposta e agora não tem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Tem, tem!

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Estranhámos, e esperamos que venha a ter. Naturalmente, estamos disponíveis para debater, como sempre estivemos.

Quanto ao mais, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que uma lei de bases do ambiente representa escolhas, e o Bloco de Esquerda faz escolhas claras. Por exemplo, escolhe proibir o nuclear; escolhe uma política pública para os solos que defenda o interesse público; escolhe a água ser pública. E faz mais um número de escolhas que são importantes e determinantes na defesa do interesse público e na defesa do ambiente. Por exemplo, fala-se do princípio de precaução porque as leis ambientais são para defesa do ambiente e de interesse público, como sabe. São escolhas. Fazemos escolhas claras.

Não conte com o Bloco de Esquerda para fazer um projeto sem escolhas, sem conteúdo, porque a defesa do ambiente não se faz com frases bonitas, faz-se com atos concretos, com escolhas, e é isso que aqui trazemos hoje.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para apresentar o projeto de lei n.º 143/XII (1.<sup>a</sup>), tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal, nos últimos 25 anos, deu um salto qualitativo muito significativo em políticas de ambiente, seja em políticas ambientais de primeira

geração, no combate às alterações climáticas, na conservação da natureza ou na proteção da diversidade biológica.

Tudo isto se deve em muito à atual Lei de Bases do Ambiente, que foi inovadora nas políticas ambientais, consagrou um conjunto de princípios gerais que vieram a revelar-se fundamentais para a ecologia e foi um exemplo de estabilidade legislativa que devemos realçar. Esta estabilidade legislativa só foi possível por esta lei ter na sua génese um amplo consenso parlamentar que permitiu a sua votação por unanimidade e por ter sido bem entendida e aceite na sociedade portuguesa. Hoje, somos confrontados com a sua revisão, que deve ser tão ampla quanto a necessidade de produzirmos uma nova lei que esteja à altura dos novos desafios.

Não é fácil criar consensos à volta do tema «ambiente», sobretudo quando estão em causa importantes interesses económicos e o desequilíbrio entre os parceiros é tão acentuado, mas essa é a nossa responsabilidade.

Uma lei desta importância, e com o seu alcance, deve estar à altura dos novos desafios que se colocam ao ambiente, razão por que apelamos à construção de um amplo consenso a partir deste debate, para garantir essa mesma estabilidade legislativa nos próximos 25 anos.

A nova proposta a sair desta Assembleia não poderá deixar de acentuar a influência crescente do direito da União Europeia e do direito internacional, em geral, na área do ambiente, transpondo para o ordenamento jurídico nacional compromissos que fomos assumindo ao longo dos últimos anos.

É neste sentido que o Partido Socialista apresenta esta proposta de bases da política de ambiente, que não se resume a uma mera atualização de terminologia ou de referências legais da Lei de Bases do Ambiente de 1987, antes, reflete uma ponderação mais vasta sobre as políticas públicas, capaz de preparar a sua evolução futura de uma forma tão ambiciosa e inovadora como o foi a atual Lei de Bases no momento da sua aprovação, há 25 anos.

O presente projeto de lei, porque pretende ser inovador e, simultaneamente, realista e equilibrado, é claro quanto às fronteiras entre a política do ambiente e as restantes políticas públicas, em especial no que tange à política de ordenamento do território e de urbanismo e à política do património cultural, uma vez que só com essa delimitação é possível proceder à definição dos verdadeiros instrumentos de política ambiental e à respetiva articulação entre as diversas políticas sectoriais. As políticas ambientais, hoje, devem investir mais na prevenção para gastar menos na recuperação.

O passivo ambiental que herdamos é enorme e a nossa responsabilidade é não só procurarmos resolver este problema mas também prevenir o futuro.

Atualmente, as grandes preocupações estão centradas mais nas áreas económicas do que na preservação do planeta; contudo, não podemos perder de vista temas importantes como as alterações climáticas, a energia, a proteção do nosso património cultural, natural e ambiental, os ecossistemas marinhos e, ainda, o ordenamento do território, de forma a protegermos os recursos hídricos e a floresta.

Resolvidas as políticas ambientais de primeira geração, chegou o momento de centrar as políticas ambientais no combate às alterações climáticas, na preservação dos recursos hídricos, nas questões da biodiversidade e no ordenamento do território e das nossas florestas.

As alterações climáticas são hoje um dos principais desígnios das políticas ambientais e, se não forem combatidas transversalmente em políticas como a dos transportes, das energias e do ordenamento, no futuro, o planeta sofrerá os seus perniciosos efeitos.

As consequências do aumento da temperatura global do planeta podem ser classificadas em dois grandes grupos, o degelo glacial e as alterações do ciclo hidrológico, que, por sua vez, criam impactos negativos nos ecossistemas e em muitos setores socioeconómicos.

O degelo glacial conduz ao aumento do nível das águas do mar, que leva, em primeiro lugar, à submersão de vastas áreas territoriais de cotas mais baixas e a modificações da dinâmica marítima, que provoca a destruição das proteções dunares e das orlas costeiras.

As alterações do ciclo hidrológico produzem efeitos na desregulação da precipitação, tendo como consequência as cheias, as secas e a erosão dos solos, sendo que esta, com efeitos mais retardados, influencia aceleradamente o processo da desertificação, que hoje é, também, um fenómeno que nos deve preocupar.

Com a destruição ou modificação dos ecossistemas vem a perda de biodiversidade, a degradação da qualidade de vida humana e o agravamento da saúde das pessoas. Com a erosão dos solos, sectores económicos como a agricultura e algumas indústrias têm a sua atividade em risco.

A proteção da água — recursos marinhos e lacustres — deve constituir uma prioridade, uma vez que a água é um recurso natural escasso e essencial à vida humana e preservação das espécies.

Por outro lado, focar a nossa atenção sobre as florestas é hoje um imperativo a que não nos podemos furtar, uma vez que estas constituem o principal sumidouro natural de dióxido de carbono, sendo assim um contributo importante no combate às alterações climáticas.

As políticas ambientais não podem estar dissociadas das outras. São transversais a grande parte das decisões políticas, em particular dos transportes à energia, à agrícola e à indústria, as quais contribuem para uma escoreita política ambiental.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projeto de lei que agora apresentamos, resistindo à tentação de desenvolver aprofundadamente os institutos e expurgando a sua regulação excessiva, visa estabelecer verdadeiras bases da política do ambiente que resistam ao teste do tempo. Esse é, talvez, um dos maiores desafios, tendo como ponto essencial a garantia de não retroceder ao nível da proteção do ambiente e dos direitos reconhecidos aos cidadãos constantes na atual Lei de Bases do Ambiente.

Existe a necessidade de dotar o País de uma nova Lei de Bases do Ambiente, mas a urgência não pode alienar um princípio fundamental, o da participação.

A importância desta temática exige que qualquer alteração desta Lei de Bases seja precedida de uma ampla discussão pública, que deverá envolver os decisores políticos, as organizações não-governamentais, a sociedade civil e a comunidade científica, de forma a poder refletir as opções atuais e futuras da sociedade portuguesa.

O Grupo Parlamentar do PS procura encontrar um amplo consenso para a nova lei de bases do ambiente, que queremos que seja uma lei moderna, inovadora e um instrumento capaz de cumprir os objetivos dos novos desafios que se colocam ao ambiente. Por isso, estamos abertos a todos os contributos e às diligências de todos e empenhados em alcançar um amplo consenso para atingirmos esse objetivo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é inegável que, volvidos 25 anos sobre a entrada em vigor da Lei n.º 11/1987, Portugal se depara com realidades e inovações aos vários níveis e dispõe de um extenso quadro jurídico-institucional em matéria de política ambiental.

Assim, no entender do PSD, a Lei de Bases do Ambiente (LBA) carece de atualização para que melhor se possa cumprir o papel de enquadramento global do ordenamento jurídico ambiental, estabelecer articulações efetivas entre o direito ambiental e a Lei de Bases do Ambiente do Território e Urbanismo e outros planos estruturais, e ainda programar-se uma visão de futuro para a política ambiental em Portugal, para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida das gerações vindouras.

Importa também incorporar conceitos até ausentes da Lei em vigor e que, dada a sua crescente relevância, justificam a sua autonomização, o seu tratamento atento individualizado.

O Grupo Parlamentar do PS veio hoje, aqui, apresentar uma iniciativa considerando exatamente o que referi, onde entende que a atual Lei de Bases, à época uma das mais avançadas da Europa — e com isto se congratula o meu grupo parlamentar, porque foi um diploma elaborado e aprovado aquando da governação do PSD —, carece hoje de uma profunda revisão, que passa por uma ponderação sobre as políticas de ambiente e as diversas opções que se apresentam a Portugal.

Entende também o PS, com esta iniciativa, a qual, basicamente, é uma reposição da proposta de lei do anterior governo com pequeníssimas alterações, que deverá existir uma ponderação mais vasta sobre as políticas públicas e ser-se capaz de preparar a evolução futura. Com isto concorda o PSD.

No que se refere a princípios gerais, são introduzidos, com este projeto, a sustentabilidade, a precaução, o princípio do poluidor/pagador, a transversalidade de integração, a descentralização, a universalidade, entre outros, mantendo-se princípios importantes como os da precaução, da participação, da cooperação internacional, da unidade de gestão e ação e da prevenção. Com isto também concorda o PSD, porque todos estes princípios foram já por nós tratados e previstos, aquando da apresentação de anteriores iniciativas.

Como bem referiu o Sr. Deputado Renato Sampaio, em representação do seu grupo parlamentar, em sede de debate na generalidade em dezembro de 2010, a participação nestas matérias deveria, para VV. Ex.<sup>as</sup>, passar por «ouvir primeiro, decidir depois, num jogo sem cartas marcadas. A revisão de uma lei desta natureza deveria ser precedida» — no vosso entender — «de uma ampla discussão pública, de forma a poder refletir as opções atuais e futuras da sociedade portuguesa.»

Ora, foi isto mesmo que o atual Governo decidiu fazer. O processo que ora se pretende conduzir identifica a importância de se proceder a uma atualização do quadro concetual da LBA, introduzindo princípios em falta. Pretende-se também uma simplificação do texto, para que seja mais sucinto, claro e acessível para todos os cidadãos...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que conclua.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Tal como dizia, o texto também deve ser claro e acessível para todos os cidadãos, sem se perder, contudo, o espírito da lei anterior.

Srs. Deputados, a isto nos propomos e é neste sentido que iremos trabalhar.

Pelo exposto, pergunto, Sr. Deputado, se o PS está disponível para transportar a vossa iniciativa para um debate que se pretende o mais alargado possível, por forma a ser obtido um largo consenso nacional em torno de um diploma absolutamente crucial para o País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que referi na minha intervenção — aliás, a minha coerência de há dois anos até hoje é a mesma — é no sentido de manter uma posição de um franco debate.

Acho que uma lei de bases desta natureza só com um amplo consenso é possível ser implementada e ter a eficácia que a que está em vigor teve. Isso só nos é possível através da estabilidade legislativa, a qual implica um amplo consenso estabelecido nesta Assembleia da República e na sociedade portuguesa.

Não vale a pena fazermos do ambiente uma arma de combate político e, por isso, estamos dispostos a todos os contributos, depois de conhecer a vossa proposta. Aliás, julgava eu que já tinham ouvido, na legislatura anterior, quem tinham de ouvir para apresentar a proposta.

De qualquer maneira, estamos disponíveis exatamente para estabelecer um consenso com todas as forças políticas, incluindo o PSD, dependendo da sua proposta. E nisso acho que a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local irá, ela própria — e também faremos as nossas propostas —, estabelecer esse debate com a sociedade civil, com a sociedade portuguesa, para que daqui saia uma lei à altura das responsabilidades, no futuro, da Lei de Bases do Ambiente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção e também para apresentar o projeto de lei n.º 154/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece as bases da política de ambiente (PCP), tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A atual Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1987, contém os princípios gerais de uma política ambiental assente no papel determinante do Estado, no

âmbito da qual o direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado é assegurado pela ação de organismos públicos, complementada com a participação e envolvimento dos cidadãos.

Contudo, por ação e omissão de sucessivos governos do PS, do PSD e do CDS, o Estado não tem cumprido cabalmente as suas funções de defesa e preservação do ambiente e de harmonização do desenvolvimento económico e social com a gestão sustentável dos recursos naturais.

Pelo contrário, ao longo dos anos, caminhou-se no sentido de fragilizar e até destruir a capacidade de intervenção do Estado e dos seus organismos próprios. Esta minimização da presença do Estado serviu, e continua a servir, uma estratégia de mercantilização dos recursos naturais, colocando o seu valor ecológico e correspondente valor económico ao serviço de interesses privados, conduzindo à degradação da riqueza natural e à privação das populações do pleno usufruto dessa riqueza.

Esta estratégia conheceu recentemente novos desenvolvimentos com o PREMAC (Plano de Redução e Melhoria da Administração Central), que se traduziu num salto qualitativo na redução da capacidade de intervenção do Estado a todos os níveis e, em particular, na conservação e proteção da natureza, agravada com a aprovação do Orçamento do Estado para 2012, no qual o Governo, adotando a política do «mais por menos», efetivamente abdica das suas responsabilidades no que à preservação do meio ambiente diz respeito.

Rejeitando a redução do papel do Estado no cumprimento das suas funções constitucionais e a consequente transferência para os grandes grupos económicos e financeiros de setores potencialmente lucrativos na área do ambiente, o PCP apresenta uma Lei de Bases em que o papel do Estado, como garante do direito ao ambiente, é reafirmado e aprofundado.

Mas o projeto de lei do PCP vai também mais longe no que diz respeito à forma como é abordada a relação entre o homem e a natureza. Contrariamente às erróneas conceções assentes no antagonismo entre estas duas entidades, o projeto do PCP assume a possibilidade de uma relação equilibrada e harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente, capaz de abrir caminho ao desenvolvimento económico e ao progresso social e, simultaneamente, à preservação da natureza.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A Lei de Bases vigente, 25 anos após a sua entrada em vigor, não dá, nem poderia dar, respostas adequadas a questões tão importantes e atuais como alterações climáticas, valorização e tratamento dos resíduos, pegada ecológica e sustentabilidade ambiental, padrões de consumo e de produção, bem-estar animal e minimização de exploração de outros seres vivos. Urge, pois, modernizar esta lei, aperfeiçoando e alargando o seu conteúdo.

Este é um dos objetivos do projeto de lei que o Grupo Parlamentar do PCP apresenta à Assembleia da República. Contudo, não nos limitamos a adicionar temas à lei atual. Introduzimos novos e inovadores mecanismos legais para dar combate à degradação dos recursos naturais e aos impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente. Introduzimos vetores de intervenção política que se assumem como fundamentais, nomeadamente sobre riscos, catástrofes ambientais, danos e segurança ambiental, sobre a utilização de organismos geneticamente modificados, sobre o *habitat* humano, o bem-estar e a qualidade de vida, sobre a integridade do ciclo da água, alterações climáticas, modelo produtivo e gestão de materiais obsoletos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Introduzimos ainda uma abordagem integrada do sistema produtivo e dos seus efeitos na natureza, a única capaz de conciliar o desenvolvimento humano com a preservação das condições naturais que lhe são essenciais.

Além disso, o projeto de lei do PCP propõe também a introdução de disposições legais sobre a conservação da natureza, em torno de uma abordagem transversal das riquezas naturais, integrando a sua componente estética, cultural, económica, humana e ecológica.

Este é um projeto de lei que não opõe os hábitos, práticas e atividades tradicionais à conservação da natureza, que não afasta as populações das áreas e valores a proteger e que não estimula o abandono do

território pela sua ocupação tradicional. Pelo contrário, afirma que a proteção da natureza e a salvaguarda dos valores ambientais será tanto mais eficaz quanto maior for o envolvimento das populações e será tanto mais justificada quanto maior for o benefício dessa proteção para a generalidade dos que dela podem usufruir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Contudo, sempre que se considere fundamental a limitação de uma atividade ou de um direito das populações, a bem da salvaguarda dos valores naturais, o projeto do PCP prevê que os planos de ordenamento das áreas protegidas sejam acompanhados por planos de desenvolvimento e investimento regionais, para compensar essas populações.

Embora, o projeto de lei que aqui apresentamos se traduza num significativo passo em frente para a concretização dos direitos previstos na Constituição da República Portuguesa, não temos dúvidas que a compatibilização plena entre a preservação da natureza, por um lado, e o desenvolvimento humano, por outro, não poderá ocorrer no quadro do sistema económico e social capitalista, em que a obtenção de lucro e a acumulação de capital se sobrepõem à procura do bem-estar das populações e à proteção da natureza. Só a superação do modelo de produção capitalista permitirá harmonizar a relação do homem com a natureza, travando a sobre-exploração dos recursos naturais, biológicos e geológicos.

O projeto de Lei de Bases do Ambiente, do PCP, introduz questões centrais da política ambiental dos dias de hoje, não numa perspetiva meramente mitigadora, mas também transformadora, que faz do bem-estar das pessoas e da qualidade de vida o padrão e o motor para um desenvolvimento harmonioso com a natureza e em equilíbrio com a sua capacidade de suporte e de renovação.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Pelas várias intervenções hoje aqui produzidas, é consensual a necessidade da revisão da atual Lei de Bases do Ambiente, que já data de 1987, hoje reconhecida como uma lei inovadora, que, à época, colocou no centro da agenda política as questões ambientais, sofrendo, ao longo destes 25 anos, apenas duas alterações, uma, em 1996 e, outra, em 2002.

Mas hoje a realidade é outra, os desafios são mais e maiores, o direito ambiental é uma constatação, a procura de uma economia verde e de baixo carbono é uma obrigação intergeracional, à qual estamos todos obrigados. Esta é, por isso, uma lei estruturante do ordenamento jurídico ambiental nacional.

Hoje, estamos aqui a discutir os projetos de Os Verdes, do Bloco de Esquerda, do PCP e do PS, o que, só por si, demonstra bem a importância do tema.

O CDS, tendo também apresentado o seu projeto na anterior Legislatura, optou por não o fazer nesta Legislatura, perante o anúncio público do Ministério, através da sua Secretária de Estado, da constituição de uma comissão e de um conselho consultivo que integra várias personalidades do mundo académico e empresarial, como é o caso do ex-Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Pimenta, primeiro responsável pela lei de 1987.

São pontos de vistas diferentes que temos em relação aos vários projetos, principalmente em relação aos dos partidos mais à esquerda, que, a serem aplicados como nos são apresentados, trariam graves problemas ao nosso tecido empresarial,...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Oh!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — ... ao nosso tecido produtivo, à nossa indústria, à nossa agricultura, à nossa pecuária, à nossa suinicultura, à nossa extração mineira, à nossa aquacultura e à nossa pesca.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — No caso do PCP, constata-se que a sua iniciativa não trata os resíduos de forma individualizada, como fazem os outros projetos, tendo apenas algumas considerações genéricas nos princípios de base e no âmbito de outros descritores ambientais.

O Bloco de Esquerda abusa do excesso de regulamentação e, em particular, das proibições e restrições, o que não parece fazer sentido numa Lei de Bases do Ambiente, que deve ser enunciativa de princípios e das políticas ambientais, cabendo, sim, à legislação complementar a regulamentação de cada uma das matérias.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O Partido Ecologista «Os Verdes», por sua vez, e à semelhança dos partidos mais à esquerda, faz um uso desajustado de linguagem, com expressões com excessiva carga ideológica, esquecendo o grande conceito de economia verde, assim como fazer referência aos sistemas de indicadores de sustentabilidade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — São palavras vazias!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O PS, por sua vez, traz-nos um projeto de lei que é em todo igual ao projeto que o governo do Partido Socialista aqui nos trouxe, em Março do ano passado, o que nos leva a concluir que, em matéria de política ambiental, tal como em muitas outras, o PS de António José Seguro nada mudou em relação ao PS de José Sócrates.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem! Muito bem dito!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — No entanto, estas propostas levam-nos a um maior esforço orçamental, algo que, num período de tantas dificuldades, deveria ter sido alvo de um maior cuidado e ponderação. Os tempos não são para aumentos de despesa pública — e isto não foi devidamente acautelado nestas propostas.

O desafio em matéria do ambiente é enorme e todos os contributos devem ser analisados, aprofundados e melhorados, tendo como resultado final uma lei mais sucinta e simples, de forma a ser clara e acessível a todos os cidadãos.

Da nossa parte, estaremos disponíveis para os discutir e ponderar, em sede de especialidade, com vista a obtermos uma melhor Lei de Bases do Ambiente.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há muito que os diversos protagonistas na área do ambiente têm vindo a afirmar a necessidade de se proceder à revisão da atual Lei de Bases do Ambiente, datada de Abril de 1987, cuja responsabilidade política pertence ao PSD — em boa verdade, o partido político que mais contribuiu para o nascimento e ulterior robustecimento do direito do ambiente, em Portugal.

Contudo, é forçoso constatar que a Lei de Bases do Ambiente (LBA), apesar do seu papel meritório, ao longo dos anos, perdeu o contacto com os múltiplos avanços verificados nos conceitos jurídicos e nas mais variadas componentes técnico-científicas que, hoje, integram a proteção ambiental.

A natureza intrínseca do direito do ambiente traduz-se numa celeridade intensa que revolve concepções e transforma ideias que, pouco antes, eram tidas como seguras, exigindo um esforço constante e acrescido de revisão do conhecimento e de adaptação às melhores técnicas disponíveis num dado momento, como, porventura, não acontecerá em qualquer outra dimensão do jurídico. Esta dificuldade não conseguiu ser superada, nem tão pouco atenuada, na LBA ainda em vigor.



Assim, lamentavelmente, por inércia na sua renovação, a LBA desistiu de ser uma diretriz material, como lhe competia enquanto lei de bases, e converteu-se num quase peso-morto da legislação portuguesa do ambiente, com sérios riscos de poder vir a obstaculizar as soluções ambientalmente mais pertinentes e desejáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos bem que existe um problema de congruência estrutural no direito do ambiente português, que vai muito para além da LBA. A nossa Constituição, no seu artigo 66.º, partilha algumas de essas desconformidades, adensando-as com confusões datadas em que se enreda num conceito de ambiente marcadamente antropocêntrico com noções irremediavelmente deslocadas da proteção ambiental como a «valorização da paisagem», a «preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico» e até a «proteção das zonas históricas», errância conceptual que já levou o Professor Gomes Canotilho a referir que, nesse artigo constitucional, não se fala de ambiente mas, sim, de «*ambiance*»...

Contudo, razões políticas diversas fazem com que o processo de revisão constitucional não esteja, para já, na ordem das necessidades prioritárias do País. Mas se a Constituição, nos seus aspetos de proteção do ambiente, não está em plenas condições de cumprir o seu papel de superioridade paramétrica, tal função poderá e deverá ser cumprida por uma lei de bases atualizada e equilibrada e, sobretudo, congruente com os avanços do direito europeu e internacional mais amigos do ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD não está satisfeito com os projetos hoje aqui apresentados, embora reconheçamos que o do Partido Socialista possui uma elevada dose de coerência e de atualidade.

Porém, o PSD entende que a atual Lei de Bases do Ambiente deverá ser substituída através de uma revisão profunda de conceitos, fins e metodologias que vá muito para além do mero ajustamento legislativo e das adaptações necessárias à legislação europeia, já transposta para a nossa ordem interna, bem como à legislação internacional, o que nenhum dos projetos consegue de modo pleno.

No sentido de tal vir a ser possível, o Governo já tornou pública a constituição de uma comissão legislativa composta por personalidades de reconhecido mérito, abrangendo as diversas especialidades ambientais, com o objetivo de reiniciar uma reflexão rigorosa, mas breve, que conduza à elaboração de uma lei de bases inovadora nos seus pressupostos e com perspetivas sustentáveis de futuro, em vez de uma mera modernização cosmética ou, pior ainda, de um esforço patético de usar o ambiente como um «cavalo de Tróia» para tentar inscrever numa lei de bases matérias desviadas da proteção da biodiversidade que não se conseguiram incluir nas reformas legislativas adequadas.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou concluir, Sr. Presidente.

O Grupo Parlamentar do PSD tudo fará para que se realize um processo participado que volte a repor a LBA como diploma estruturante e referencial da preservação ambiental e das suas boas práticas.

Nesse sentido, apelamos às demais forças políticas, designadamente ao Partido Socialista, para que se junte à maioria nesta reforma de relevância incontestável para Portugal.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Neto.

A Sr.ª **Margarida Neto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda, o PCP e o Os Verdes reapresentam-nos hoje os seus projetos de revisão da Lei de Bases do Ambiente. Mas estes seguem a linha programática e o formato da atual lei, ainda que alterando a disposição de alguns artigos ou renomeando os mesmos, com um texto denso e excessivamente técnico, o que contraria o princípio da compreensão universal que se deseja o mais alargada possível.

Têm também em comum o facto de serem demasiado restritivos na forma como enquadram esta lei de bases, em detrimento de um visão enunciativa e de enquadramento das políticas, e excluem, sempre que possível, a participação e iniciativa privadas na gestão das componentes ambientais,...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Neto** (CDS-PP): — ... em detrimento de uma governação da responsabilidade exclusiva do Estado.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Ora veja lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Neto** (CDS-PP): — O CDS não concorda nem compreende esta posição de ostracização da atividade privada, como é paradigmático na gestão das áreas protegidas.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Neto** (CDS-PP): — O divórcio do governo anterior com a realidade ambiental, praticada no terreno, justificou plenamente a reestruturação que foi operada e apresentada na estrutura do atual Ministério, obrigando a rever e a repensar novos modelos de gestão, mais simples, concentrando entidades e competências, criando assim sinergias e obtendo economias de escala, que resultarão obrigatoriamente numa tutela do ambiente mais eficaz e que melhor salvaguarda os interesses nacionais.

Quanto ao projeto de lei do PS, como já foi referido, o mesmo corresponde à reapresentação da anterior proposta de lei, redigida pelo governo Sócrates, ainda que com algumas alterações introduzidas ao nível da exposição de motivos e de alguns princípios, tais como o da «cooperação internacional, descentralização e universalidade».

Destaca-se também pelo facto de, a nosso ver, delimitar excessivamente as fronteiras das políticas do ambiente das restantes políticas públicas e sectoriais, como a política de ordenamento do território e urbanismo.

Se, por um lado, se compreende a ideia subjacente de parametrizar as políticas do ambiente, os efeitos dessa delimitação excessiva podem ser perversos, deixando de fora da lei temáticas tão importantes como a componente ambiental do litoral, tendo em conta que Portugal apresenta uma costa de 840 km, correspondente a cerca de 41% do contorno do seu território e que se encontra sujeita a um conjunto de riscos e ameaças naturais como a erosão costeira, mas também à pressão da atividade humana, pela construção, com os impactes indesejáveis na alteração da paisagem e na artificialização da costa portuguesa.

Do mesmo modo, entendemos que este projeto peca por ser omissivo em conceitos e instrumentos ambientais, consagrados no direito do ambiente europeu, como a promoção e incentivo do voluntariado ambiental, a aplicação do instrumento Análise do Ciclo de Vida (ACV), o conceito de *green governance*, ou o indicador da pegada ecológica, tão importante e de reconhecimento mundial que permite avaliar até que ponto o nosso impacto no universo já ultrapassou o limite sustentável.

Em suma, entendemos que os projetos aqui em discussão são iniciativas meritórias, apresentando um conteúdo técnico valoroso, com medidas e mecanismos inovadores que, não obstante as críticas, falhas e observações já apontadas, serão certamente contributos úteis para uma discussão mais alargada desta lei de bases, a que se juntará a proposta de lei do Governo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Ferreira Rodrigues): — O Bloco de Esquerda cedeu 1 minuto ao Partido Socialista, mas, neste momento, não há ninguém inscrito, nem do Bloco de Esquerda, nem do Partido Socialista.

*Pausa.*

Inscreve-se o Sr. Deputado Pedro Farmhouse. Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Farmhouse** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero apenas deixar três notas finais, neste final de debate. A primeira, como já foi aqui referido, tem a ver com o seguinte: a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou o direito ao ambiente e convém referir isto neste debate, quando se fala sobre Lei de Bases do Ambiente. Trata-se, pois, de um direito adquirido com a Constituição de 1976.

Esta é a primeira nota que gostaria de deixar, porque, só 11 anos depois, com a Lei n.º 11/87, de 7 de abril, as leis de base do ambiente foram devidamente consolidadas, o que permitiu, ao longo dos últimos 25 anos, nada mais, nada menos do que a elaboração de mais de 70 diplomas relativos às matérias do ambiente.

A segunda nota que gostaria de dar é a de que o Partido Socialista reafirma a sua disponibilidade para contribuir para uma lei inovadora, simultaneamente realista e equilibrada, e propõe, tal como está plasmado na sua proposta, como objetivo geral da política de ambiente, a sustentabilidade, assegurando um desenvolvimento económico-social perene e equilibrado, assente numa economia de baixo carbono e eficiente nos seus recursos, num quadro de equidade e colaboração global para a boa governança ambiental e para a manutenção dos sistemas de suporte de vida do planeta.

Voltamos a afirmar que só com um largo consenso nesta Casa será possível que a lei dure mais 25 de anos.

Não posso deixar de destacar, na proposta do PS, quatro aspetos: por um lado, a previsão da influência crescente do direito comunitário e internacional que deve ficar plasmada nesta lei; a consagração dos princípios da prevenção e da precaução, porque fazemos a diferenciação de acordo com um compromisso internacional que Portugal já subscreveu; a influência crescente dos aspetos fundamentais da política de ambiente, como as alterações climáticas, as energias renováveis, a eficiência energética ou a biodiversidade; e, por último, o especial dever de colaboração entre as instituições públicas na prossecução de políticas do ambiente.

A terceira e última nota que me parece importante ressaltar é a de que, como disse, o Partido Socialista está disponível para um largo consenso com todas as bancadas. É na medida do sucesso do trabalho que hoje iniciamos nesta Assembleia, para o qual convocamos o Governo e a maioria que o suporta para a apresentação de propostas, que vamos atingir um consenso na base de questões objetivas e claras.

Estabelecer as verdadeiras bases da política de ambiente capazes de resistir ao teste do tempo é o desafio coletivo que temos, ou seja, conseguir fazer uma boa lei que dure 25 anos e que seja inovadora, realista e equilibrada.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Teresa Caeiro.*

A Sr.ª **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Fiquei profundamente preocupada com as intervenções do CDS e do PSD.

Sr.ªs e Srs. Deputados, não sei se percebi bem, mas quando não se quer trabalhar vale tudo. O CDS diz que estas leis são demasiado complexas e introduzem alguns princípios ideológicos, mas não dizem «vamos discutir», «é importante discutir os princípios de modo a que possamos chegar ao maior consenso possível».

*Protestos do CDS-PP.*

Peço desculpa. Os Srs. Deputados orientam já para um princípio: temos de ter nesta matéria uma lei muito simples.

A Lei de Bases do Ambiente deve ser uma lei orientadora das políticas para o ambiente. Ora, se for demasiado simples, não vincula. E, se é isso que os Srs. Deputados querem, desculpem mas, em vez de estar a melhorar a Lei de Bases do Ambiente, vamos destruí-la. Se lhe vamos incutir uma simplicidade tamanha, ela não vai servir para absolutamente nada, o que será grave, porque deixará de ser uma «lei-mãe» da política ambiental e da legislação ambiental para ser apenas uma lei anunciadora de princípios, onde cabe e vale tudo. Não, uma Lei de Bases do Ambiente não é isso.

Por outro lado, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, peço imensa desculpa, mas tem uma visão absolutamente redutora do ambiente. Ora, ambiente é igual a biodiversidade? Não!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é igual, mas é o núcleo duro!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Peço imensa desculpa, mas não é, de todo.

Sr. Deputado, quando o património é construído em leito de cheia, isso tem implicações ambientais. Quando há má drenagem das águas pluviais, isso tem implicações ambientais. Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas reduzir o ambiente à biodiversidade é uma visão demasiado atada do ambiente que, no século XXI, julgava já não ouvir de alguém.

O Sr. Deputado do PSD faz um convite final. Convida o PS a juntar-se à maioria para a elaboração de uma lei de bases do ambiente.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Todos!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Deputado, com franqueza, ou queremos uma lei, de facto, alargada a todos e que possa obter o maior consenso e o maior número de contributos ou o Sr. Deputado quer encerrar a discussão da Lei de Bases do Ambiente ao PSD, ao CDS e ao PS, talvez para tentar incutir-lhe uma visão ideológica, que é o que os senhores dizem que não querem, e, nesse caso, ficamos extraordinariamente preocupados.

Os senhores não apresentaram proposta.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira concluir, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Neste debate não se ficou a perceber por que é que o PSD e o CDS não apresentaram propostas, mas é bom que os senhores digam já, no início do debate, o que é que verdadeiramente querem.

**Vozes do PSD:** — Não ouviu!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não, não ouvi nem ficou claro, mas os senhores farão o favor de repetir.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais inscrições, pelo que fica, assim, concluída a discussão deste ponto da nossa ordem de trabalhos.

Vamos passar ao terceiro e último ponto, que consiste no debate da petição n.º 10/XII (1.<sup>a</sup>) — Apresentada pelo Movimento Democrático de Mulheres, solicitando à Assembleia da República a promoção de medidas que, no atual momento de crise, permitam conferir dignidade à vida das mulheres. Cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O Partido Comunista Português quer começar por saudar o Movimento Democrático de Mulheres pela realização desta petição mas também porque transformou cada recolha de assinaturas numa jornada de luta, de mobilização das mulheres na luta pelos seus direitos fundamentais.

A petição, que pretende dar dignidade à vida das mulheres contra o aumento do custo de vida e os baixos salários, tem hoje uma redobrada atualidade. Esta petição dizia respeito aos impactos das medidas profundamente gravosas do Orçamento do Estado para 2011 e em 2012 o cenário é ainda mais negro e mais difícil para as mulheres.

Vivemos hoje uma profunda crise económica e social, onde, mais uma vez, as mulheres se encontram na linha da frente do desemprego, da precariedade, dos baixos salários e das baixas pensões. Grande parte da fatia dos 400 000 trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional são mulheres. A maior percentagem de beneficiários das prestações sociais são mulheres. As mulheres e as crianças são a maior percentagem de pessoas que vive abaixo do limiar da pobreza.

Portanto, todas as medidas que estavam previstas no Orçamento do Estado para 2011 e são agravadas no Orçamento do Estado para 2012 terão, naturalmente, um impacto brutal na degradação da condição de vida das mulheres e das suas famílias.

Hoje mesmo, estive no Plenário o Sr. Secretário de Estado dos Transportes a confirmar a degradação da condição de vida das mulheres no que diz respeito ao seu direito à mobilidade, pois serão especialmente afetadas.

Há hoje mulheres a escolher para qual dos filhos comprarão roupa ou calçado. Há hoje mulheres a escolher para qual dos filhos compram o passe escolar.

Na semana passada, na Escola Secundária Dr. José Afonso, no Seixal, um estudante dizia o seguinte: «A minha mãe vive com uma pensão abaixo do limiar da pobreza e vai ter de escolher, de entre os três filhos, a quem vai comprar o passe para vir para a escola todos os dias».

Isto é indigno no século XXI...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — ... e dá toda a legitimidade e atualidade à petição do Movimento Democrático de Mulheres.

O PCP entende que o pacto de agressão da troica, que foi subscrito por PS, PSD e CDS, representa um retrocesso civilizacional nos direitos conquistados com a luta das mulheres. Podemos mesmo dizer que o pacto de agressão da troica, consubstanciado no Orçamento do Estado para 2012, é um ajuste de contas com a luta das mulheres e as suas conquistas.

É por isso que entendemos que a determinação das mulheres na luta pelos seus direitos tem de continuar. Todas e cada uma das mulheres atingidas nos mais elementares direitos da vida e na sua dignidade devem transformar essa indignação em luta contra a aplicação da legislação laboral e das suas graves consequências nas empresas e outros locais de trabalho, contra o aumento do preço dos transportes, contra o aumento do custo de vida.

Naturalmente, no dia 11 de fevereiro, a grande jornada de luta da CGTP no Terreiro do Paço vai transformar o Terreiro do Paço no terreiro da luta das mulheres, mas também no terreiro da luta dos trabalhadores e do povo, no terreiro da luta daqueles que não desistem de lutar por uma vida melhor.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Paula Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Paula Cardoso** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero começar por cumprimentar as peticionantes e agradecer e prestar a minha homenagem ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM) nas lutas que travou pela emancipação e pelos direitos das mulheres ao longo da sua história, que vem desde o tempo da Liga das Mulheres Republicanas, passando pelas comissões eleitorais de mulheres, até aos nossos dias.

Não quero deixar de prestar esta homenagem a este Movimento até pela simbologia e importância que estes movimentos têm no sentido de nos fazer despertar para algumas realidades e de fazer a luta — que muitas vezes não é feita devidamente —, pugnando pelos direitos da igualdade de género, da igualdade salarial, da proteção da maternidade, da criação de creches e de escolas e até pela interrupção voluntária da gravidez.

Presto, assim, a minha homenagem a este Movimento e a todas as mulheres que fazem parte dele e que lutaram pelos direitos das mulheres em geral.

Tendo o MDM esta história e esta bandeira, não me espanta que tenha apresentado esta petição, porque, de facto, a situação económica é grave. As mulheres e as crianças, bem como os idosos, são os grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa e, em tempo de crise, são efetivamente o rosto mais visível de alguma discriminação e injustiça que sentem na pele.

Importa lembrar que esta petição, como, aliás, disse a minha colega Deputada Rita Rato, entrou nesta Assembleia na vigência do governo do Partido Socialista, na sequência dos inúmeros planos de estabilidade e crescimento que foram entretanto apresentados.

Não posso deixar de ser sensível a alguns dos argumentos que foram apresentados. As mulheres são, de facto, o elo mais fraco. São elas que engrossam o número de desempregados, que têm os salários mais baixos, que recebem mais pensões e mais subsídios. Quanto a isso, não temos dúvidas, assim como o Governo também não tem dúvidas e é sensível esta matéria, como se tem visto por todas as políticas que têm sido implementadas por força do Memorando da troica e às quais não podemos fugir nem evitar.

De facto, estamos todos a travar uma luta, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, mas a nossa luta é para salvar Portugal, para preparar o futuro dos nossos filhos, para que as mulheres que hoje estão a passar estes sacrifícios possam dar um melhor futuro aos seus filhos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Paula Cardoso** (PSD): — As medidas a tomar são do conhecimento de todos. Exigem ao País — e, portanto, a todos nós, homens e mulheres — um esforço enorme, que tem de ser feito, mas não esquecendo os grupos mais vulneráveis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Paula Cardoso** (PSD): — Todas as medidas têm em conta as situações de mais baixos rendimentos, em que não são cortadas isenções. O Estado está atento e têm algum cuidado e atenção especial com as pessoas e as famílias de mais baixos rendimentos, o que se pode verificar quer no Plano de Emergência Social, que elaborou, quer nas políticas que está a implementar. O Governo está atento e não vai esquecer os grupos vulneráveis, como é o caso das mulheres, das crianças ou dos idosos.

Portanto, seja nos transportes ou nas áreas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, as pessoas de mais baixos rendimentos estão acauteladas e não têm qualquer aumento. Têm o esforço percentual que todos temos de fazer para que, de facto, a luta que vamos travar para salvar o nosso País seja levada a bom porto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Elza Pais.

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dirigir-me às peticionárias, ao Movimento Democrático de Mulheres, a organização feminista mais antiga do País, e felicitá-las por esta petição, mas também pela oportunidade que nos dão de discutir, nesta Casa da democracia, o direito das mulheres a uma vida digna e à igualdade de género.

O mundo fica seguramente mais pobre, porque menos diverso, sem a participação das mulheres na tomada da decisão económica, na tomada da decisão política, mas também ficará mais pobre sem a participação dos homens ao nível do cuidado à família, ao nível da educação das nossas crianças, como já dizia a nossa querida Maria de Lurdes Pintassilgo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Promover a igualdade é promover a partilha equilibrada. Não é uma questão de bondade para com as mulheres, é uma questão de justiça, é uma questão de eficácia, é uma questão de desenvolvimento.

E, neste momento em que estamos a viver uma das crises económicas e financeiras mais grave de que há memória na nossa história recente, se não colocarmos a igualdade e a equidade no centro da discussão política da crise, estamos a perder a oportunidade histórica de implementar mudanças neste velho e caduco modelo de organização social que coloca os homens na esfera pública e as mulheres na esfera privada.

Este é, de facto, o momento para mudarmos de paradigma, para mudarmos de modelo de organização social, uma vez que este modelo já não serve ninguém a não ser para alimentar uma Banca que se alimenta de nós.

As mulheres constituem o recurso mais inexplorado da Humanidade: tem-no dito de uma forma incessante Michelle Bachelet, Diretora Executiva da ONU Mulheres, dado que faz desta frase um apelo ao desperdício do potencial humano das mulheres.

Mas Michelle Bachelet não é a única a fazer este apelo: o próprio Banco Mundial, no Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012, afirma que, se eliminarmos as barreiras que discriminam as mulheres que trabalham, a produtividade de alguns países pode aumentar em cerca de 25%.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há, pois, injustiças que são um entrave ao desenvolvimento e que é urgente resolver. As mulheres são hoje — já aqui foi dito — mais escolarizadas, mas, por outro lado, são menos remuneradas.

A pobreza, o desemprego, a precariedade no trabalho atinge todas as pessoas, mas atinge ainda mais as mulheres e é a promoção desta justiça social e deste desenvolvimento que escapa à política deste Governo, desrespeitando uma das principais funções para que foi eleito: a da promoção do princípio constitucional da igualdade como um dos pilares em que assenta o nosso regime democrático.

A igualdade está a ser alvo de um enorme apagão: as organizações não-governamentais como esta que apresentou esta petição, o MDM, estão com financiamentos ameaçados; nunca mais abrem as candidaturas aos fundos estruturais para promover o empreendedorismo feminino e a formação estratégica para públicos-alvo como técnicos de apoio à vítima; a estrutura que gere os fundos da igualdade de género está sem coordenação há mais de quatro meses! E é esta falta de visão e de compromisso estratégico para com o desenvolvimento que criticamos nesta governação.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, permitam-me começar esta intervenção dirigindo os meus cumprimentos aos peticionários e aos representantes do Movimento Democrático de Mulheres.

Pretendem os peticionários que o Governo mude de rumo, seguindo políticas que garantam aos homens e às mulheres uma vida digna e com qualidade.

Pretendem que o Governo siga políticas que assegurem a igualdade e a não-discriminação e, não menos importante, que adote medidas que contribuam para um País justo e equilibrado.

Ora bem, solidários no compromisso e nas preocupações manifestadas, reconhecemos nestas preocupações um reflexo das estratégias traçadas por este Governo: a preocupação da mudança de rumo, através de medidas firmes que permitam recuperar o País e iniciar o seu desenvolvimento, depois de ultrapassada uma inequívoca situação de emergência social, em particular, a preocupação de o fazer com ética e sensibilidade.

Foi exatamente com este propósito que o Governo, logo no início da Legislatura, lançou o Plano de Emergência Social, no qual se destacam medidas como a majoração do subsídio de desemprego para os casais com filhos, a tarifa social de transportes, a tarifa social de energia ou o aumento de lugares nas creches — uma medida fundamental para a conciliação da vida familiar com a vida profissional de tantas mães!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — No entanto, no nosso entender, nunca é demais realçar a importância de reconhecer a igualdade na diferença, destacando a desigualdade de género que continua a afetar desproporcionalmente as mulheres, particularmente mais vulneráveis em épocas de crise.

É verdade que as mulheres são ainda sujeitas a limitações e a discriminações — nomeadamente remuneratórias — e é um facto que também são as mulheres as mais atingidas pelo desemprego, pelos baixos salários ou pela discriminação no local de trabalho.

E é por isso que, em matéria de igualdade de género, nas Grandes Opções do Plano para 2012-2015, o Governo assume como opção para este período o seguinte: «Na área da igualdade de género promover-se-á o reforço da transversalidade da dimensão de género nas políticas da administração central e local, a implementação de novas iniciativas e o alargamento de medidas já tomadas na área da educação, dimensão fundamental para a eliminação progressiva de todas as formas de discriminação ainda verificadas na sociedade portuguesa. Assumem-se igualmente como prioritárias, na área do emprego, medidas de combate à diferenciação salarial entre mulheres e homens, de promoção de um maior equilíbrio entre mulheres e homens nos lugares de decisão e de prevenção e combate ao assédio sexual no local de trabalho».

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Concluo dizendo que a igualdade e a não-discriminação implicam uma mudança de mentalidades e de cultura, pelo que a responsabilidade não é apenas ou tão-só do Estado, mas, essencial ou principalmente, de todos nós.

Por isso, agradecemos mais esta manifestação cívica pela exigência de ética na governação, em qualquer circunstância, e principalmente em prol dos mais vulneráveis.

*Aplausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda acompanha as preocupações expressas nesta petição e saúda esta iniciativa do MDM, cujas preocupações e prioridades mantêm hoje toda a atualidade.

Exigia-se, então, ao Governo que mudasse radicalmente de políticas, que pensasse nas condições necessárias para garantir a dignidade e as condições de igualdade aos homens e às mulheres deste país.

Esta é hoje uma prioridade absoluta; hoje que os portugueses foram vítimas de um aumento brutal dos transportes; ontem que ficámos a saber os números *record* do desemprego e que as mulheres são as principais vítimas do desemprego, da precariedade e dos baixos salários. Até na austeridade há discriminação de género...!

Vale a pena encarar este debate com a seriedade que ele exige e não «assobiar para o lado», porque as políticas deste Governo têm escavado a crise e têm feito das mulheres as suas vítimas.

As palavras que hoje aqui dedicamos são para todas as mulheres que, muitas vezes sozinhas — não podemos esquecer as inúmeras famílias monoparentais —, enfrentam as dificuldades do dia-a-dia com os seus filhos, com os seus idosos, enfrentam o aumento do gás, da eletricidade, o corte nas prestações sociais, o aumento do preço dos transportes, o aumento do custo de vida para a situação dramática que muitas destas mulheres vivem com as suas famílias.

Para todas as mulheres trabalhadoras, independentemente da sua atividade profissional, para todas as mulheres que trabalharam uma vida inteira e que mereciam ter hoje uma pensão digna, e que são vítimas dos cortes das pensões deste Governo, que são vítimas da quebra dos apoios sociais, das políticas cegas de austeridade deste Governo de direita que nos governa, para todas estas mulheres, é evidente que esta petição mantém toda a atualidade e todas as lutas são necessárias.

Todas nós fazemos falta e o Bloco de Esquerda renova hoje o seu compromisso pela luta dos direitos das mulheres, por uma visão feminista da sociedade. Continuaremos a trilhar o caminho destas lutas, porque um outro mundo é possível e a austeridade cega não pode continuar a viver desta discriminação de género.

*Aplausos do BE.*



A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma última intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero também, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar Ecologista «Os Verdes» saudar os peticionários desta petição, da autoria do MDM, que estamos agora a discutir.

Convém talvez centrarmo-nos no texto da própria petição que se prende com o aumento do custo de vida em 2011. Que dirão estes peticionários no momento atual em que as condições estão ainda mais agravadas?

Estas mulheres vêm pedir à Assembleia da República que reflita sobre o seguinte: o aumento do custo de vida afeta enormemente a vida dos portugueses e das famílias portuguesas e aqueles que outrora tiveram sempre nos seus discursos a preocupação com as famílias hoje esquecem completamente essas famílias e degradam a sua vida com as políticas concretas que vão assumindo.

Na verdade, todos sabemos que são normalmente as mulheres que gerem esses, quantas vezes..., exíguos e cada vez mais pequeninos orçamentos familiares e que têm de fazer «ginástica» atrás de «ginástica» para uma coisa que já não consegue esticar mais...! Julgo que quem, de facto, é insensível a esta realidade não merece estar no Parlamento — desculpem-me a franqueza, mas julgo que é mesmo assim.

Depois, estamos a tentar desviar discursos para outras coisas mais genéricas sobre as problemáticas da discriminação das mulheres, mas é do custo de vida que estamos a falar! E o aumento desse custo de vida agrava justamente o fator de discriminação das mulheres, que são, como aqui já foi referido, aquelas que, dentro da cada vez maior massa dos desempregados, nossos concidadãos, representam a maior percentagem dos que têm os ordenados mais baixos. Ora, isto tem de fazer-nos refletir.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que estas mulheres provavelmente não conseguem compreender é como é que em tempo de crise, onde lhes são pedidos tantos sacrifícios, bem como aos portugueses em geral, o fosso entre os mais ricos e os mais pobres deste país continua a aumentar. Se não é em tempo de crise que se gera algum equilíbrio na redistribuição da riqueza, estas mulheres não conseguem compreender como é que as afundam cada vez mais!

O que estas mulheres provavelmente não conseguem compreender é como é que há setores tão privilegiados nesta sociedade como o setor financeiro, em que, num momento de crise, há sempre dinheiro para injetar, mas, depois, para o engrandecimento da sociedade, que levaria a um engrandecimento do País através da geração de riqueza, não há dinheiro!

Não se consegue compreender, e é no meio destas totais contradições que estas questões ainda se tornam cada vez mais injustas!

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, provavelmente foi por isso que as Deputadas que representam os partidos que têm responsabilidade nesta matéria não falaram verdadeiramente do tema da petição.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, fica assim concluído este ponto da ordem dos trabalhos, assim os nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária terá lugar amanhã, pelas 15 horas, e para, além das declarações políticas, serão discutidos o projeto de resolução n.º 177/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo que garanta aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo o financiamento necessário para permitir o arranque imediato da construção dos navios asfalteiros contratados com a Venezuela (PCP) e a petição n.º 123/XI (2.<sup>a</sup>) — Apresentada pela Comissão de Utentes da Extensão de Saúde de Vale de São Cosme, solicitando à Assembleia da República a manutenção da atual Extensão de Saúde de Vale São Cosme, a não redução dos horários de funcionamento, a não transferência de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem e a construção de uma nova unidade de saúde, em área geograficamente central ao conjunto de freguesias do Vale do Pelhe.

Serão ainda apreciados conjuntamente a petição n.º 19/XII (1.<sup>a</sup>) — Apresentada por Fernando Avellar Gaspar e outros, solicitando à Assembleia da República a aprovação de uma lei de amnistia para as infrações disciplinares cometidas por militares por motivo do associativismo representativo das Forças Armadas, e os projetos de lei n.ºs 134/XII (1.<sup>a</sup>) — Amnistia para infrações disciplinares cometidas com a intenção de consagrar o associativismo representativo nas Forças Armadas (BE), 147/XII (1.<sup>a</sup>) — Procede à amnistia das

infrações disciplinares cometidas por motivo do associativismo representativo nas Forças Armadas (Os Verdes) e 153/XII (1.<sup>a</sup>) — Amnistia as infrações disciplinares, aplicadas a militares, com motivação associativa e no exercício do direito de associativismo representativo militar (PCP).

E é tudo por hoje, Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 29 minutos.*

*Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Pimenta Prôa

Maria Manuela Pereira Tender

Ricardo Augustus Guerreiro Baptista Leite

Partido Socialista (PS)

João Barroso Soares

Júlio Francisco Miranda Calha

Luísa Maria Neves Salgueiro

Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos

Partido Popular (CDS-PP)

Teresa Maria de Moura Anjinho Tomás Ruivo

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto

Carlos António Páscoa Gonçalves

Manuel Augusto Meirinho Martins

Maria João Machado de Ávila

Bloco de Esquerda (BE)

Ana Isabel Drago Lobato

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.